

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**O IMPACTO DA REDE DE EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NAS  
CIDADES DO AMAZONAS: O CASO DE PARINTINS E  
ITACOATIARA DE 2000-2009**

Bolsista: Thiago Pimentel Marinho, Fapeam

Manaus  
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO FINAL  
PIB-H/0060/2009  
O IMPACTO DA REDE DE EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NAS  
CIDADES DO AMAZONAS: O CASO DE PARINTINS E  
ITACOATIARA DE 2000-2009**

Bolsista: Thiago Pimentel Marinho, Fapeam  
Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

Manaus  
2010

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas– FAPEAM, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira por meio do Projeto “O Impacto da Consolidação do Pólo Industrial de Manaus nas Cidades do Amazonas: O caso de Itacoatiara e Parintins” Edital MCT/CNPq CAPDA Processo N<sup>o</sup>. 575780/2008-8. O financiamento e apoio logístico para a realização do Trabalho de Campo em Parintins e Itacoatiara contaram com os recursos disponíveis nesse projeto.

## **RESUMO**

Ao se analisar a periodização da rede urbana na Amazônia que ora evidência crescimento e expansão, ora evidência estagnação econômica na região, é possível perceber o fortalecimento e a representatividade de determinados núcleos urbanos que por fatores histórico-geográficos, se destacam desde a sua fundação como nós de grande expressividade. Inicialmente exerciam papéis de interligação entre as cidades grandes e as pequenas, atualmente se destacam como sedes de consumo de bens e serviços cada vez mais especializados, a exemplo o ensino superior. Como objetivo deste trabalho tem-se, então, analisar os impactos da interiorização das Instituições Públicas de Ensino Superior na rede urbana do Amazonas a partir das cidades de Parintins e Itacoatiara. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento de fontes bibliográficas e documentais, observações de campo e aplicação de questionários com os alunos das duas instituições públicas de ensino superior localizadas nas cidades (UFAM e UEA) objetivando compreender como eventos locais, por exemplo, a implantação de ensino superior, pode contribuir para a configuração da rede urbana na Amazônia, mas especificamente do Amazonas, e como esta rede urbana torna-se mais complexa do que se vê até o momento por meio de estudos de escala nacional. O que a pesquisa demonstra é que a análise articulada dos aspectos locais e nacionais proporciona melhor entendimento sobre a relevância das duas cidades na configuração da rede urbana no estado do Amazonas.

**Palavras Chave:** Amazônia, Rede Urbana, Educação Pública Superior.

## **ABSTRACT**

When if reconstruct the space time of the urban network in the Amazon what sometimes evidence growth and expansion, sometimes evidence economic stagnation in the region, it is possible to realize the representativeness of certain urban nucleus that for historical and geographical factors, if stand out since its foundation how knots of expressiveness large. Initially exercising roles interconnection between cities large and small, now if stand out as sites of consumption of goods and services a lot of specialized, for example the universities. Thus, the objective of this research is to analyze the impacts of installation of Public University in the urban network of the countryside Amazon from the Parintins and Itacoatiara cities on. The survey was developed from bibliographic and documentary sources, field observations and questionnaires with students in two public institutions of higher education located in the cities (UFAM and UEA) aiming to understand how local events, for example, the deployment of higher education can contribute to the configuration of the urban network in the Amazon, but specifically in the Amazonas, and how this urban network becomes more complex than if see in moment through studies of national scale. What the research shows is that the analysis articulated in local and national aspects present better understanding about the relevance of the two cities in the configuration of the urban network in the state of Amazonas.

**Keywords:** Amazon, Urban Network, Public Higher Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização das cidades de Itacoatiara e Parintins .....	31
Figura 02 – Cidades da Calha do rio Solimões-Amazonas/AM .....	39
Figura 03 – Rede urbana do Brasil – 2007 (IBGE).....	43
Figura 04 - Rede Urbana do Amazonas – 2007 (IBGE).....	44
Figura 05 – Origem dos alunos da Universidade Federal do Amazonas de Itacoatiara.....	50
Figura 06 – Origem dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas de Itacoatiara.....	51
Figura 07 – Origem dos alunos da Universidade Federal do Amazonas de Parintins.....	53
Figura 08 – Origem dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas de Parintins.....	54

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - O divisor tecnológico da década de 1970.....	16
Quadro 02 - Hierarquia dos centros urbanos brasileiros (IBGE-2007).....	41
Quadro 03.- Arranjos institucionais utilizados como variáveis para estabelecer uma tipologia proposta para as cidades da Calha do Rio Solimões-Amazonas/AM (NEPECAB).....	45
Quadro 04 - Tipologia proposta para as cidades da Calha do Rio Solimões-Amazonas/AM (NEPECAB) .....	46

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA .....	12
3. ANÁLISE DE PARINTINS E ITACOATIARA A PARTIR DA VARIÁVEL EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	14
3.1 Da rede a rede urbana .....	14
3.2 Transformações recentes na rede urbana brasileira.....	18
3.3 Periodizando a rede urbana da Amazônia e das cidades de Parintins e Itacoatiara.....	21
3.4 Cidades Médias no Brasil: Propostas metodológicas e processos redefinidores dos seus papéis no período atual .....	32
3.5 A relevância das Cidades Médias na manutenção da rede urbana no Amazonas: Análise comparativa de duas propostas metodológicas.....	38
3.6 A rede urbana promovida pelo Ensino Público Superior nas cidades de Parintins e Itacoatiara .....	47
3.6.1 Na cidade de Itacoatiara .....	49
3.6.2 Na cidade de Parintins .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
REFERÊNCIAS .....	60
CRONOGRAMA .....	62
ANEXOS .....	63



## 1. INTRODUÇÃO

O estudo surgiu da necessidade de se compreender melhor o impacto da criação e consolidação da rede de educação pública superior no interior do Amazonas, a partir nas cidades de Parintins e Itacoatiara. O trabalho suscita discussões a respeito dos critérios estabelecidos para a classificação da representatividade das cidades brasileiras, que ainda reproduz mapas com redes complexas de cidades no Centro-Sul e modestas Norte. O questionamento que se faz ao se analisar mapas como esse é se a Amazônia foi e continua sendo espaço de poucos núcleos urbanos com escassa articulação entre si. Contudo, se resgataremos a periodização na Amazônia é possível outra compreensão sobre suas cidades.

A periodização da rede urbana da Amazônia (CORRÊA, 1987) que ora evidencia crescimento, expansão, ora evidencia estagnação econômica na região revela o fortalecimento e a representatividade de determinados núcleos urbanos que por fatores histórico-geográficos, se destacam desde a sua fundação como nós de grande expressividade. Inicialmente exerciam papéis de interligação entre as cidades grandes e as pequenas, atualmente se destacam como sedes de consumo de bens e serviços cada vez mais especializados.

As cidades de Parintins e Itacoatiara são exemplos desse processo no estado do Amazonas. Desde suas fundações destacam-se na rede urbana do estado tanto no período de crescimento econômico quanto de estagnação promovendo estratégias de manutenção de sua dinâmica econômica por meio de atividades locais que vieram a se desenvolver, como é o caso da juta no período de estagnação econômica pós declínio da economia da borracha. Atualmente, aliado com atividades econômicas como o setor agropecuário e o Festival Folclórico do Boi Bumbá em Parintins e o Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara, o ensino superior propicia maior dinamismo na rede urbana dessas cidades, estabelecendo uma rede que tem como base a busca por educação.

Esse trabalho possui assim o intuito colaborar com discussões sobre cidades da Amazônia, especialmente do Amazonas, afirmando que se for considerado critérios locais na análise, além dos gerais, é possível visualizar um mapa da Amazônia com uma rede urbana muito mais complexa do que se vê até o momento pelas análises do IBGE, o que proporcionará melhor entendimento sobre a importância das cidades Parintins e Itacoatiara na manutenção das cidades de sua rede urbana.

Como hipótese da pesquisa acredita-se a interiorização das Instituições Públicas Superiores (UFAM e UEA) e o impacto decorrente desse processo, estabelece junto com outros elementos histórico-geográficos o papel de cidade média de Parintins e Itacoatiara na rede urbana do estado do Amazonas.

Para tanto, o trabalho se estruturou em quatro partes. Na primeira, tem-se a discussão sobre rede e de um segmento desta, a rede urbana analisada em escala nacional e regional, tendo nesta última também de forma mais específica, um resgate da rede urbana do Amazonas identificando as cidades de Parintins e Itacoatiara na configuração dessa rede, desde o início de sua formação até o presente momento com as atividades econômicas atuais. Na segunda, é apresentada a proposta metodológica para a classificação das cidades médias brasileiras com base nos critérios redefinidores desta no período atual. Na terceira, é feito um paralelo sobre suas linhas de hierarquização nas cidades do Amazonas, tomando como base a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de sua publicação mais recente “Regiões de Influência das Cidades - 2007” e, a tipologia proposta, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), para as cidades da Calha do Rio Solimões-Amazonas/AM.

Na quarta etapa, é feito o resgate histórico da implantação e consolidação das universidades públicas nas duas cidades, analisando o papel que o ensino público superior tem na configuração da rede urbana. Para isso, são apresentados os dados levantados em campo

referente à origem dos alunos e possíveis destinos de trabalho a fim de se compreender o fluxo atual e futuro promovido pela educação pública superior, assim como outras análises. Na quinta parte, apresenta-se as considerações finais, é mais uma visão a partir de tudo o que foi lido na bibliografia, observado em campo e aqui apresentado neste relatório final na busca de tentar encontrar caminhos para que se possa entender como o espaço urbano das cidades do Amazonas se (re)produzem.

## 2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O trabalho tem como objetivo analisar o impacto da implantação da rede de ensino público superior nas cidades de Parintins e Itacoatiara, no estado do Amazonas. Para que isso fosse possível, levantou-se a discussão sobre os conceitos de rede e rede urbana, assim como os critérios metodológicos propostos para a classificação das cidades médias. Buscou-se entender o processo de criação e consolidação da rede urbana no Brasil e na Amazônia, mas especificamente no Amazonas, estabelecendo a periodização desse processo tanto em escala nacional quanto regional e estadual.

Com o intuito de se compreender o processo de criação do ensino público superior nas duas cidades realizou-se uma entrevista com o prof. Dr. José Aldemir de Oliveira da Universidade Federal do Amazonas que forneceu dados sobre a origem das universidades nas duas cidades. Além disso, realizou-se idas a campo no mês de março na cidade de Itacoatiara e, no mês de maio na cidade de Parintins no ano corrente, a fim de aplicar questionários (Anexo 01) com os alunos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que vieram para Itacoatiara ou Parintins porque passaram no vestibular.

No primeiro momento, os diretores dos campi das duas universidades em Itacoatiara e Parintins foram comunicados formalmente sobre a pesquisa, sendo solicitada a autorização da aplicação dos questionários com os alunos. No segundo momento, após a autorização por parte dos diretores, os pesquisadores se dirigiam as salas de aula, explicavam previamente o trabalho ao professor e então se dirigiam aos alunos. No terceiro momento, a pesquisa era apresentada a todos os alunos, explicando os objetivos e sua relevância, então era solicitado que se identificassem os alunos de outros Municípios ou da zona rural do Município que veio para Itacoatiara ou Parintins porque foram aprovados no vestibular. Assim que identificados

era entregue a esses alunos o questionário da pesquisa, sendo explicadas as perguntas pelos pesquisadores que os recebia após terem sido respondidos.

O objetivo era aplicar o questionário com o maior número de alunos que se enquadravam na situação proposta pela pesquisa. Assim, o universo de análise foram 186 alunos em Itacoatiara, sendo 112 na UFAM e 74 na UEA e 221 alunos em Parintins, sendo 80 na UFAM e 141 na UEA. Devido os mais diversos motivos, nem todos os cursos oferecidos pelas universidades nas duas cidades foram contemplados na pesquisa, assim como o total de alunos migrantes, mas estima-se que foram aplicados os questionários com 70% a 80% dos alunos inseridos no objetivo da pesquisa.

As perguntas tinham o intuito de identificar a origem dos alunos migrantes, a intensidade por município, a dinâmica de migração pendular e o fluxo futuro, a partir do questionamento sobre onde o aluno pretende trabalhar após a conclusão do curso, e se o fluxo poderia variar o destino por cidade (Parintins e Itacoatiara), por universidade (UFAM e UEA) e por curso disponibilizado. Assim, as duas cidades tornam-se a base de discussão sobre os critérios definidores do que viria a ser cidades médias no cenário amazônico e no nacional.

### **3. ANÁLISE DE PARINTINS E ITACOATIARA A PARTIR DA VARIÁVEL EDUCAÇÃO SUPERIOR**

#### **3.1 Da rede a rede urbana**

A ideia da sociedade organizada em rede é fruto da analogia oriunda da representação visual que, por ser simples e concreta, funciona como metáfora para a representação do espaço. Esta forma de representação sugere um espaço euclidiano formado por pontos e linhas unidimensional. A simplicidade da figura visual faz com que esta analogia se encaixe, pelo menos na aparência, com grande parte dos processos socioespaciais da contemporaneidade e, em muitas análises das relações socioespaciais do passado. A simplicidade da analogia que funciona como metáfora da representação espacial configura-se no modelo analítico de número considerável de estudos em sociologia, economia, geografia e demais ciências sociais.

O sociólogo e planejador urbano e regional Manoel Castells lança ao final da década de 1990 a trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, sendo o primeiro volume intitulado *A Sociedade em Rede*. Este livro sintetiza uma das principais temáticas para as ciências sociais na última década do século XX: compreender e analisar a sociedade em rede.

Segundo o autor o final do século XX é caracterizado por um período de transição da “cultura material” para um novo paradigma tecnológico que tem por base a tecnologia da informação. Quais os avanços tecnológicos, evidenciados nas duas últimas décadas do século XX, que tornou possível, segundo Castells (2008), o entendimento de uma nova revolução baseada na tecnologia de informação configurando uma sociedade em rede?

Assim como a Revolução Industrial do século XVIII, a revolução na tecnologia da informação destaca-se como evento histórico de proporções semelhantes. O que difere essa das outras revoluções é exatamente a sua matéria produzida, a informação que por sua vez é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas aplicação desses conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de conhecimento cumulativo entre a inovação e o seu uso (CASTELLS, 2008, p. 69).

A mente humana passou de apenas um elemento crucial do processo produtivo para a força direta de produção. Ou seja, “computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são aplicativos e extensões da mente humana” (CASTELLS, 2008, p. 69). Além disso, essa revolução se destacou por sua velocidade de difusão pelo globo (entre os anos de 1970-1990) em relação às duas Revoluções Industriais que precisaram de longo espaço de tempo para se espalharem pelo mundo.

A primeira revolução industrial (últimos trinta anos do século XVIII) se caracteriza pela substituição das ferramentas artesanais pelas máquinas com a criação de novas máquinas a vapor, a fiadeira e o processo de *Cort* em metalúrgica. A segunda revolução industrial (aproximadamente cem anos depois) é caracterizada pela criação baseada no conhecimento científico que proporcionou o desenvolvimento da eletricidade, do motor a combustão interna, de produtos químicos, da fundição de aço e pelo surgimento das tecnologias da comunicação com a criação e difusão do telégrafo e do telefone. Nesse sentido, “a tecnologia, expressando condições sociais específicas, introduziu nova trajetória histórica na segunda metade do século XVIII” (CASTELLS, 2008, p. 72).

Quanto à revolução na tecnologia de informação podem-se identificar três momentos da sua sequência histórica: macromudanças na microengenharia (eletrônica e informação); a

criação da Internet e as tecnologias de rede e a difusão da computação. Para Castells (2008) essa revolução tem seu início na década de 1970 com acontecimentos que marcarão não somente a primeiro momento, mas serão bases para os dois seguintes, como pode ser visualizado no Quadro 01:

Ano	Acontecimentos
Início da déc. de 70	Produção em escala industrial da fibra ótica iniciada pela Corning Glass;
1971	Invenção do microprocessador, principal dispositivo de difusão da microeletrônica, que começou a difundir-se em meados dos anos de 1970;
1973	Desenvolvimento nos laboratórios PARC em Palo Alto da Xerox Alto, matriz de muitas tecnologias de software para dos PCs dos anos 90;
1975	Invenção do microprocessador;
1977	Criação do primeiro microcomputador comercial de sucesso, o Apple II, por volta da mesma época em que a Microsoft começava a produzir sistemas operacionais para microcomputadores;
1969-1977	O primeiro comutador eletrônico industrial apareceu em 1969, e o comutador digital foi desenvolvido em meados dos anos 70 e distribuído no comércio em 1977;
1969-anos de 1970	Instalação em 1969 pela ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano) da nova e revolucionária rede eletrônica de comunicação que se desenvolveu durante os anos 70 e veio a ser tornar a Internet. Ela foi extremamente favorecida pela invenção, por Cerf e Kahn em 1973, do TCP/IP, o protocolo de interconexão em rede que introduziu a tecnologia de “abertura”, permitindo a conexão de diferentes tipos de rede.

Quadro 01: O divisor tecnológico da década de 1970.

Fonte: CASTELLS, 2008, p. 91.

A aliança entre estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural tornaram possível a criação e desenvolvimento da Internet nas três últimas décadas do século XX. A partir do projeto de rede eletrônica de comunicação desenvolvida pela ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano) foi possível a integração e comunicação global permitindo o fluxo de mensagens (som, imagens e dados) sem usar centros de controle.

Essa lógica de funcionamento em forma de rede, tendo como ícone a Internet, espalhou-se por todos os tipos de atividades, contextos e locais que pudessem ser conectados eletronicamente.

A sociedade na era da informação é entendida a partir da rede que por sua vez desempenha papel central na caracterização desta. Por rede Castells (2008) define o conjunto



de nós interconectados. “Os nós são os pontos no qual uma curva se encontra, concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (CASTELLS, 2008, p. 566).

Segundo Milton Santos há duas grandes matrizes de definição e conceituação sobre rede: “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material e outra, onde é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 2008, p. 262). A primeira seria todas as infraestruturas que viabiliza o transporte de matéria, energia e informação presentes no território. A segunda entende a rede também como fenômeno social e político por meio das pessoas, mensagens e valores presentes nesta.

Assim como Castells (2008), Santos (2008) periodiza três momentos na produção e na vida das redes. No primeiro momento (primeira revolução industrial), as redes existiam, mas de forma limitada, isso se devia ao pequeno comercial entre sociedades, que tinham suas necessidades localmente satisfeitas, salvo poucos indivíduos. No segundo momento (segunda revolução industrial) as redes assumem o seu nome, se ampliam, mas ainda de forma discreta. O comércio controlado pelo estado, apesar de se expandir além pelas grandes navegações, esse por sua vez era mantido apenas na relação metrópole-colônias. O terceiro momento (período técnico-científico-informacional) é a rede nas formas atuais marcada pelo caráter deliberado na constituição destas.

Contudo, Santos (2008) alerta para a lógica social que se reflete nas redes, a heterogeneidade espacial e concomitantemente a heterogeneidade nas redes. Segundo o autor nem tudo é rede, devido às desigualdades espaciais. Há áreas no mundo em que as redes se espelham em sua quase totalidade e outras que se diferem dessas devido à baixa intensidade. Além disso, onde há presença de redes, estas se apresentam de forma não uniforme por meio da superposição de redes no mesmo subespaço.

A rede urbana, tópico importante no estudo de rede, é caracterizada por Corrêa como sendo um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, é, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros” (CORRÊA, 2005, p. 93).

Deste modo, a rede urbana é uma rede social e historicamente contextualizada, articulando toda a sociedade, em determinado espaço, por meio das interações sociais nele especializadas, assegurando, assim, a sua existência e reprodução. Para o autor há três condições mínimas para a existência da rede urbana.

A primeira é uma sociedade que possua economia de mercado, com transações comerciais de bens produzidos local e externamente. A segunda é a necessária existência, de modo permanente ou temporário, de pontos fixos no território com outras atividades para que seja possível a realização das transações. A terceira é a interação que reflita e confirme a diferenciação hierárquica e/ou em termos de espacialização produtiva, mesmo que de forma modesta, entre esses pontos fixos.

### **3.2 Transformações recentes na rede urbana brasileira**

Para Corrêa (2005) a rede urbana brasileira possui complexidade na sua gênese, isso se deve ao fato desta ser constituída de centros datados de diversos momentos, não estando ainda totalmente estabilizada.

Co-existem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais serão criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada ‘fronteira do capital’, a Amazônia (CORRÊA, 2005, p. 95-96).

A complexidade evidencia-se também na diferenciação entre os centros urbanos, devido dois fatores: os propósitos imediatos da criação e os agentes. Como exemplos do primeiro fator destacam-se a criação de núcleos estrategicamente localizados e sobre a proteção de um forte e a criação de núcleos ou o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica. Entre os agentes criadores de cidades está à coroa Portuguesa e o Estado Brasileiro, empresas de colonização, industriais e de mineração, ordens religiosas, fazendeiros, camponeses, comerciantes, madeireiros e garimpeiros. Além disso, essa complexidade de centros datados em diversos momentos com propósitos e agentes também diversos configura uma rede urbana descrita não por um, mas múltiplos padrões espaciais que revela ora superposição, ora justaposição desses centros.

Segundo Corrêa (2001) a rede urbana brasileira até 1970 era marcada por limitado grau de diversificação funcional de seus centros, pela pequena articulação entre eles assim como a existência de padrões espaciais modestos no qual a rede urbana estava estruturada. A partir de 1970, com o advento da industrialização tornou possível a complexificação funcional dos centros urbanos.

A posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente (CORRÊA, 2005, p. 99-100).

Analisando de forma mais detalhada a rede urbana pós Segunda Guerra Mundial, mas especificamente a partir da década de 1960, Corrêa (2006) identifica três características: a pequena complexidade funcional dos centros urbanos, as interações predominantemente regionais e os padrões espaciais.

A economia de grandes áreas do Brasil no início da década de 1960 ainda era marcada pela pequena divisão territorial do trabalho. As atividades industriais estavam em processo de

consolidação, pontuais e de pouca expressão, também no começo se encontrava efetiva integração nacional. Percebe-se nesse momento nítida hierarquia dos centros urbanos brasileiros. A pequena complexidade funcional era decorrente “de um padrão de interações espaciais predominantemente regionais” (CORRÊA, 2006, p. 314). As metrópoles regionais consolidadas ou em formação eram à base da estrutura do país nesse momento, as articulações interregionais não eram tão comuns e se faziam por meio destas. “O país era ainda um conjunto pouco articulado de células regionais, cada uma com um conjunto de lugares centrais e pouco especializados” (CORRÊA, 2006, p. 316). Deste modo, ao classificar uma cidade como capital regional era estabelecer o seu papel na rede urbana, o mesmo acontecia com centros de menores níveis, ambos pautados na hierarquia de lugares centrais (CORRÊA, 2001).

A década de 1970 trouxe transformações na sociedade brasileira, em especial na sua rede urbana, contudo, marcadas pela diferenciação espaço-temporal. Ou seja, as transformações iniciaram nas metrópoles paulistas e cariocas e, posteriormente de forma desigual pelas redes urbanas regionais. Pode-se destacar como fatores dessa transformação: 1) a industrialização, que gerou uma poderosa e diversificada produção industrial; 2) a urbanização que se manifesta tanto em termos quantitativos como qualitativos, 3) a mais complexa estratificação social associada aos processos de industrialização e urbanização; 4) a melhoria geral e progressiva da circulação; 5) a industrialização do campo; 6) a incorporação de novas áreas e a refuncionalização de outras; 7) as mudanças na organização empresarial; 8) as mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista (CORRÊA, 2006).

Essas transformações podem ser evidenciadas na rede urbana brasileira com: a criação de novos centros urbanos decorrentes da incorporação de novas áreas e a refuncionalização de outras; centros urbanos caracterizados por suas especializações e não mais por suas funções centrais, a crescente articulação entre centros e regiões derivada da

crecente complexificação funcional dos centros urbanos tornando os padrões de rede mais complexos (CORRÊA, 2006). A complexificação funcional, como afirma Corrêa (2001), proporcionou no Brasil um processo de evolução da sua rede urbana de um padrão exclusivamente christalleriano<sup>1</sup> e dendrítico<sup>2</sup> para uma rede complexa caracterizada pela maior complementaridade funcional dos centros urbanos com relações não abarcadas pelos padrões anteriores.

### **3.3 Periodizando a rede urbana da Amazônia e das cidades de Parintins e Itacoatiara**

Na tentativa de se analisar espaço-temporalmente a Amazônia, Corrêa (1987) estabelece uma periodização desta. Entende-se por periodização espacial a “reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial” (CORRÊA, 1987, p. 40). A periodização da rede urbana da Amazônia é evidenciada a partir dos tempos em relação aos quais sua organização espacial diferencia-se, assim, o autor classifica sete períodos da rede urbana: 1) a fundação de Belém; 2) os fortins, as aldeias missionárias e as drogas do sertão; 3) a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; 4) a estagnação da vida urbana entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX; 5) a expansão do extrativismo da borracha; 6) a estagnação econômica após a crise da borracha (1920-1960) e; 7) o período atual iniciado em 1960.

---

<sup>1</sup> A Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller afirma que bens e serviços especializados de determinadas lugares são consumidos não somente por esses, mas por lugares ao redor. O caráter de oferta de bens e serviços do lugar central configura uma rede a qual todos os demais lugares de menor centralidade ao seu redor o usufruem (ALMEIDA et al, 2009).

<sup>2</sup> O termo dendrítico refere-se à forma ramificada de uma rede, semelhante à estrutura dos rios amazônicos. O padrão espacial dessa rede é caracterizado por uma cidade primaz, detentora do comércio atacadista importador e exportador a qual drena os recursos das demais cidades de porte inferior que compõem a sua rede (PERREIRA, 2004).

Com objetivo de ser ponto de defesa do território frente às pretensões de outros países e ponto de penetração e conquista do território a cidade de Belém é fundada pelos portugueses vindos de São Luís (MA), desenvolvida a partir da criação do Forte do Presépio em 1616. O forte tornou-se base para as expedições militares portuguesas que tinham como intenção expulsar ingleses, franceses e holandeses que já mantinham comércio na região. Além disso, a cidade, por sua posição geográfica tornou-se a porta de entrada e saída da Amazônia o que lhe competirá papel importante na região.

As “drogas do sertão” tornaram-se, com a perda dos mercados produtores de especiarias do Oriente, o principal comércio mantido por Portugal na Amazônia a partir de 1655, devido seu alto valor na Europa. Os fortins e aldeias missionárias com a utilização de mão-de-obra indígena eram à base desse comércio no período que se estende da metade do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII.

A fim de adquirir posição vantajosa, controlando a circulação de um vale, as aldeias e fortins localizavam-se, principalmente, as margens do rio Amazonas e, em muitos casos na confluência de um afluente. Como exemplos têm-se Santarém, Óbidos e Tefé, além de outras aldeias missionárias como Surubiú (Alenquer), Jamundás (Faro), Gurupatiba (Monte Alegre), Maturu (Porto de Moz), Parintins, Silves, Itacoatiara, Coari e Mariuá (Barcelos). Nesse mesmo período foi fundado em 1669 o Forte de São José do rio Negro, onde se desenvolveu a aldeia missionária de Manaus. Essas aldeias, segundo Corrêa (1987), constituíram-se o princípio da formação da rede urbana comandada por Belém que era o centro de exportação para Lisboa dos produtos colhidos.

A implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) trouxe relativo desenvolvimento na rede urbana amazônica, até então embrionária, decorrente não da incorporação de novas áreas à economia colonial e o conseqüente aparecimento de novos

núcleos dotados de funções urbanas, mas sim da expansão das atividades produtivas nas áreas já incorporadas economicamente.

A política do Marquês de Pombal (1750-1780) de inserir, de modo mais expressivo, a economia amazônica no mercado mundial, afetando a rede urbana seguiu esses acontecimentos: 1) transferência, já em 1751, da capital do Estado de Grão-Pará e Maranhão, de São Luiz para Belém, ocorrendo em 1772 à separação dos dois Estados; 2) imposição do fim do poder eclesiástico e concessão de liberdade aos índios; 3) doação de sesmarias para colonos e soldados para que cultivassem a terra; 4) introdução, a partir de 1756, de escravos africanos para os cultivos comerciais que são incentivados pela empresa monopolista; 5) expansão dos cultivos de cacau, café, fumo e outros produtos, bem como se verifica a intensificação do extrativismo vegetal e da pecuária; 6) ampliação das importações de produtos manufaturados europeus; 7) criação e reativação de numerosos fortes visando à proteção da Amazônia contra interesses externos; 8) elevação, entre 1755 e 1760, de 46 aldeias missionárias a categoria de vila (entre essas, Tefé, Itacoatiara e Parintins); 9) criação em 1755 da Capitania de São José do Rio Negro, base atual no Estado do Amazonas, com capital em Barcelos.

As implicações decorrentes das ações da Companhia especializaram-se de forma desigual criando diferenciação entre os núcleos de povoamento. Surge a hierarquia político-administrativa (em cada uma das duas capitanias passa a existir uma capital, várias vilas e numerosos povoados) em cujo topo situa-se Belém.

Contudo, estagnação econômica e regional, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX, afetou a rede urbana amazônica. Dois eventos se apresentam como os principais responsáveis: a extinção em 1778 da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o fato do panorama mundial não favorecer mais os produtos tropicais em geral.

Entre 1850-1920 a rede urbana amazônica ganha nova dimensão tanto econômica quanto social decorrente do *boom* do extrativismo da borracha revigorando a economia e a rede urbana. O aumento da produção da borracha baseada no extrativismo amplia a área ocupada gerando a necessidade de novos núcleos urbanos, os já existentes são revigorados, em consequência, também, da revalorização econômica de suas respectivas hinterlândias. Esse processo intensifica as relações entre os núcleos de povoamento resultante da circulação mais intensa de mercadorias que circulavam pela densa rede fluvial amazônica. A acumulação de excedente do sistema de “aviamento”, mecanismo básico da circulação de mercadorias nesse período, e a consequente concentração de poder político, refletiram no investimento nas cidades de Manaus e Belém, tanto por parte do Estado como de capitais privados, em obras de melhoramentos urbanos.

Nesse período, as então Vila de Serpa e Vila Bela de Imperatriz são elevadas a categoria de cidades tornando-se Itacoatiara e Parintins, respectivamente. As duas cidades se modernizam graças aos investimentos propiciados pelo desenvolvimento da economia do látex, se destacando pelo crescimento populacional e por suas economias. Em Itacoatiara, segundo Oliveira, C. (2007), um dos fatores dessa modernização na cidade é a implantação de sua alfândega em 1872, criada para reforçar a política de autonomia empregada pelo Amazonas a fim de sair da dependência do Pará, tornando está um dos centros exportadores de borracha do estado, vinda dos mais distantes seringais, especialmente do rio Madeira e região.

A segunda estagnação econômica da Amazônia é resultante da decadência da borracha na região. Com a retirada de sementes e mudas de seringueiras na década de 1880 a serem distribuídas em toda Ásia quente e úmida a borracha brasileira ganha concorrência no mercado mundial, sendo no período de 1911-1920 ultrapassada pela produção asiática.



A estagnação resulta na diminuição do afluxo migratório para a Amazônia, assim como a existência de certo refluxo para as áreas de origem. Uma das consequências desse processo é a diminuição absoluta da população das pequenas cidades. No período que se estende de 1920-1960, no entanto, alguns dos pequenos núcleos urbanos apresentaram crescimento importante, que por fatores presentes em sua área de influência apresentaram certo dinamismo.

Um dos exemplos que destaca são as cidades do médio Amazonas “revalorizadas a partir de 1935, aproximadamente, pela introdução e difusão, pelos japoneses, da cultura da juta praticada nas várzeas do Amazonas no trecho entre Manaus e Santarém” (CORRÊA, 1987, p. 55). O ciclo econômico da juta<sup>3</sup> tem seu início no município de Parintins, ampliando o cultivo posteriormente para outros municípios do Amazonas e do Pará, a cidade de Itacoatiara também participará de maneira significativa nesse ciclo que se estende de 1932 a primeira metade de década de 1980.

A história da juta em Parintins inicia com a chegada de uma missão, chefiada pelo deputado Dr. Tsukasa Uetsuka, vindo do Japão, com a finalidade de escolher no município um local destinado a instalação do núcleo de Kotakuseis (como eram chamados os alunos diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão).

Em 1930, o agora então Ministro da Agricultura do Japão, Dr. Uetsuka, cria o Instituto Amazônia, o qual recebe permissão do governo federal para fundar em Parintins o Instituto de Estudos Agrícolas para Imigração Japonesa, localizado onde hoje é a Vila Amazônia, interior do município próximo a cidade (ROSAL, 2000).

---

<sup>3</sup> A juta é uma fibra têxtil vegetal que cresce em climas úmidos e tropicais. Tem sua origem na Índia, mas prefere-se atribuir a origem da *Corchorus Capsulares* à região Indo-Burmânica, no sudeste da Ásia, enquanto outra espécie, a *Corchorus Olitorius* é originária do Kordofan, no Sudão Anglo-Egípcio. Entretanto, a juta encontrou região privilegiada na Bacia do rio Ganges, na Índia, onde foi cultivada originalmente no ano de 1837. No Brasil, em especial do Amazonas, ela foi à matéria prima para a produção de sacarias para o café antes do surgimento do polipropileno (sacarias de plástico), uma das causas principais para o declínio desse ciclo econômico.

O instituto acima referido tinha como objetivo desenvolver a cultura da juta na região, mas devido à fibra não ser nativa, com sementes vindas da Índia, as primeiras experiências tiveram resultado negativo. Mas nos anos de 1934/35 o colono e técnico agrícola Ryota Oyama conseguiu, por meio de uma série de testes, produzir pés de juta adaptados a região e semelhantes aos indianos. A partir daí o cultivo da juta ganhou interesse não somente dos colonos japoneses, mas também dos ribeirinhos e se tornaria a principal atividade econômica no médio Amazonas nesse período.

Na década de 1930 a cidade de Parintins havia duas unidades prensadoras instaladas a Brasmentol Caçapava e a Companhia Têxtil do Castanhal, que trabalhavam no processo de enfardamento da fibra da juta apertando-a em feixes e amarrando-as em fardos de 50 kg. Parte da produção era exportada para as indústrias de Manaus ou exterior e outra parte era vendida para a indústria local. A Companhia Fabriljuta de Parintins existia desde 1932 e era a indústria de beneficiamento da cidade a qual produzia sacarias, telas, fios de aniagem, tapetes e outros. No ano de 1964, Parintins movimentava nos seus portos cerca de 1/3 a 1/4 da produção estadual de fibra de juta (ROSAL, 2000).

Em Itacoatiara o cultivo da juta se inicia em 1950, uma década após as fábricas I. B. Sabbá & Cia, Chibly Abraham & Cia, Cooperativa Mista de Itacoatiara e Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta (Brasiljuta) passaram a funcionar, trabalhando tanto no processo de enfardamento da fibra em feixes quanto no seu beneficiamento em sacarias. Assim como em Parintins, em Itacoatiara a juta representou o fortalecimento de sua economia pós declínio da economia da borracha (OLIVEIRA, C. 2007). Deste modo, as fábricas destas cidades captavam a maior parte da produção de juta dos municípios circunvizinhos e o produto beneficiado era revendido para Manaus e Centro-Sul do país. Para rede urbana, o ciclo da juta consolidou a representatividade econômica das duas cidades em relação às demais de sua rede e dinamizou o intercambio comercial com a capital do estado.

As cidades de Manaus e Belém nesse período de estagnação econômica após a crise da borracha confirmaram sua posição na rede urbana tornando-se focos parciais do êxodo proveniente de seringais, além de serem responsáveis a partir de 1960 da rede urbana da Amazônia ser caracterizada pela macrocefalia das duas cidades. Durante esse período novas formas espaciais são introduzidas na Amazônia, evidenciando novos padrões na rede urbana regional se estendendo ao período atual: a *company town*, núcleos implantados e controlados por uma grande empresa industrial; a “corrutela”, acampamentos temporários de garimpeiros localizados na margem dos grandes rios e; o núcleo rural-urbano do “centro”, caracterizado por localizar-se longe dos rios diferente do padrão ribeirinho.

Na década de 1970 a Amazônia é entendida como a “fronteira do capital”. “Dada à dimensão territorial de recursos o capitalismo criou na Amazônia uma fronteira ampla e extremamente diversificada” (CORRÊA, 1987, p. 57) com multiplicidade de agentes, propósitos e ações, assim como, conflitos também distintos. A integração da Amazônia teve ação conjunta entre burguesia nacional, capital estrangeiro e o Estado Brasileiro, entre as medidas adotadas, destacam-se: 1) criação em 1970 do Plano de Integração Nacional (PIN) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de onde originaram os projetos de colonização; 2) criação, em 1968, do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia, da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e do Projeto Radar da Amazônia em 1970, permitindo avaliação mais precisa dos recursos naturais, possibilitando a implantação de grandes projetos como hidrelétricas e mineração em grande escala, assim como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, para implantação de um distrito industrial; 3) criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 e do Banco da Amazônia (BASA), a fim de permitir o controle capitalista dos recursos naturais por meio da apropriação de enormes glebas de terras.

Essas mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção na Amazônia trouxeram transformações na sua rede urbana. Ocorre a ruptura do padrão espacial dendrítico, com cidades criadas no “centro” e não mais a margens dos rios como as ribeirinhas. A introdução de novos agentes no processo produtivo, tornando mais manifesta o papel de grandes corporações e o Estado na evolução da rede urbana. A presença no mesmo espaço de núcleos caracterizados por tempos espaciais diferentes, formas espaciais e funções urbanas herdadas do passado ainda se fazem necessárias em áreas da Amazônia pouco afetadas pelas transformações recentes. A acentuação da urbanização regional e a sustentação do processo de concentração urbana nas cidades capitais, especialmente, Belém e Manaus, estando esta última após a sua elevação a categoria de centro metropolitano regional, dominando a Amazônia Oriental (CORRÊA, 1987).

O município de Itacoatiara no início da década de 1970 retoma o caminho do desenvolvimento, devido já nesse período a economia da juta dar sinais de declínio. A parceria entre o Estado, com os incentivos fiscais disponibilizados de Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e capital privado promove a instalação das unidades industriais madeireiras, sendo a cidade eleita, posteriormente, pelo Estado, como novo pólo madeireiro na Amazônia. Nessa década Itacoatiara tem o maior crescimento demográfico de sua história, ocorrendo no início da década de 1980 a inversão populacional, possuindo a cidade mais habitante que o campo. Contudo, o final da década de 1980 e início de 1990, as atividades industriais madeireiras começavam um período de crise, Oliveira, C. (2007) destaca três fatores que contribuíram para esse processo: 1) a discussão acerca da Constituição de 1988, que ameaçava a manutenção da SUFRAMA; 2) a recessão da economia brasileira; 3) mudanças sofridas que permitiam a abertura do mercado nacional à concorrência externa no início da década de 1990.

Como reflexo da crise grandes empresas foram vendidas ou fecharam como a Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A e a Gethal Amazonas S/A. Em 1997 o município esboça possível sinal de mudança com a criação do Pólo Moveleiro, mas sem grande resposta o ano de 2000 marca o fim dessa economia.

Em 1995 na parceria entre o governo do estado e grupo mato-grossense André Maggi criou-se o Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI). O objetivo do terminal era a redução dos custos de transporte da soja do Mato Grosso, até então feito pelos portos de Paranaguá-PR ou Santos-SP. A soja sai da região da Chapada dos Parecis até o Terminal Graneleiro de Porto Velho-RO, daí é embarcada em balsas que fazem o percurso até Itacoatiara pela Hidrovia Madeira/Amazonas. A posição estratégica do Terminal em Itacoatiara possibilita maior facilidade de escoamento da produção da soja para os Estados Unidos e reduz o percurso para a África e Europa.

Para o município de Itacoatiara o Terminal trouxe desenvolvimento em diversos setores, a saber: 1) incentivos no agronegócio pelo Grupo André Maggi, por meio da empresa Agropecuária Jesuíta Ltda, mediante o arrendamento de terras em suas três fazendas no município, para o cultivo rotativo de arroz e soja, o beneficiamento é feito pela própria empresa e comercializado em Itacoatiara e Manaus; 2) os empregos diretos e indiretos produzidos pelas empresas que compõem o *holding* do Grupo André Maggi; 3) o alto volume de exportação, tendo as empresas Amaggi exportação importação Ltda, Bunge alimentos S/A e Agrícola e Pecuária Morro Azul Ltda exportado entre 1997 e 2005 mais de um bilhão e seiscentos milhões de dólares pelo Terminal; 4) a terceira posição de maior PIB do Amazonas, decorrente das receitas das exportações do Terminal (OLIVEIRA, C. 2007).

Em Parintins o ano de 1975 marca a chegada do município no topo no ranking do efetivo de rebanho bovino no estado do Amazonas, após esse ano até 2008 o município oscila entre a primeira e a terceira posição (IBGE, censo agropecuário 1974-2008). A agropecuária

creceu de modo bastante significativo em Parintins, sendo essa uma das principais atividades econômicas e apresentando certo desenvolvimento tecnológico.

A década de 1980 marca o declínio da economia da juta em Parintins com a falência em 1984 da principal fábrica desse setor na cidade, a Companhia Fabriljuta de Parintins. Nas indústrias do Amazonas os custos de produção cresciam, enquanto que a capacidade de absorção do mercado consumidor se reduzia. Rosal (2000) identifica três fatores que foram responsáveis por isso: 1) trabalho em regime de expressiva capacidade ociosa e dificuldades no capital de giro das fábricas; 2) surgimento do concorrente polipropileno na produção de sacarias em plástico; 3) queda das vendas de sacas para o café devido à diminuição da exportação deste.

Em decorrência desse fato há a inversão populacional no município, a cidade, pela primeira vez, concentra mais habitante que o campo. Desde então esta realidade se mantém: o esvaziamento da área rural do município e o crescimento populacional da cidade. Além desses dois fatos é também nessa mesma década que surge uma nova atividade econômica a revigorar o município pós declínio da economia da juta. O Festival Folclórico do Boi-Bumbá de Parintins ganha fôlego nesse período e torna a cidade conhecida nacional e internacionalmente.

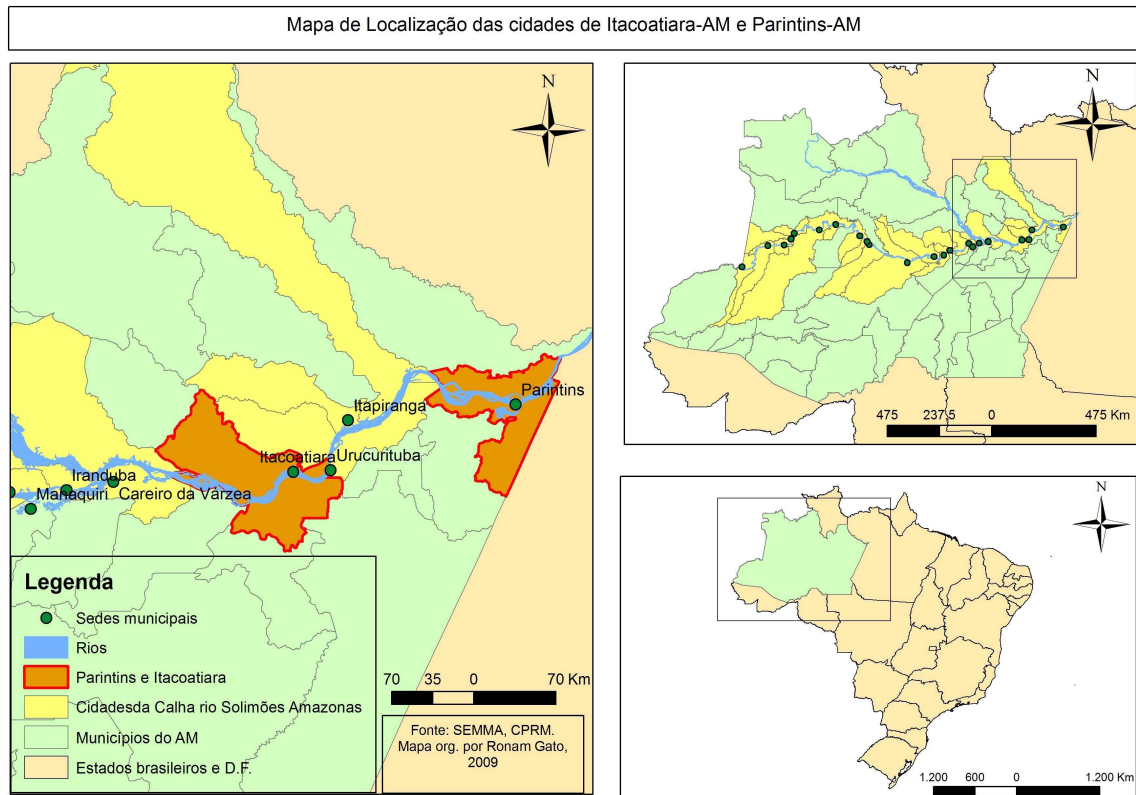


Figura 01 – Mapa de localização das cidades de Itacoatiara e Parintins.  
Fonte: Acervo NEPECAB, 2009.

As cidades de Parintins e Itacoatiara são nós representativos na rede urbana do Amazonas desde seu surgimento a partir do comércio das “drogas do sertão” até o presente momento exercendo papel de cidades médias com redes que ultrapassam os limites do estado e do país (Figura 01). Essas redes ora fortalecem a economia das duas cidades, ora configuram Parintins e Itacoatiara como centros de consumo de bens e serviços, como o ensino superior, atendendo a si e as cidades que compreendem a sua rede motivada pela busca a educação superior.

### 3.4 Cidades Médias no Brasil: Propostas metodológicas e processos redefinidores dos seus papéis no período atual

Segundo Sposito (2001) a expressão “cidade média” apresenta-se como desafio, aos pesquisadores que trabalham com a problemática urbana, no sentido de dar conteúdo teórico-conceitual a definição. Assim, dois caminhos são propostos. O primeiro mantém a continuidade a adoção da terminologia já amplamente utilizada. O objetivo seria, então, a partir disso “contribuir para que o nível da noção seja superado, na perspectiva de construção de um conceito de ‘cidade média’” (SPOSITO, 2001, p. 609).

O segundo propõe uma nova expressão sem vínculos com a noção e expressão “cidade média”, como ponto positivo dessa nova terminologia seria a possibilidade de não correr o risco de carregar problemas, como os conteúdos pouco consistentes teoricamente, enfrentados pela terminologia anterior. Assim, a partir dos dois caminhos apresentados, a opção de análise desse trabalho será propor uma série de reflexões a fim de contribuir para a construção do conceito de “cidade média”.

Os parâmetros demográficos, apesar de sua continua mudança, variando segundo a rede urbana analisada (nacional ou internacional), são comumente utilizados para fundamentar a expressão “cidades médias”. Contudo, para a construção do conceito “cidade média” o critério demográfico pouco ajudaria:

A adoção dessa referência serviria para a **definição** do que seja “cidade média”. No plano da construção do pensamento, essa noção se aproximaria mais de uma **noção**, já que sua base de sustentação é empírica, oriunda das informações demográficas organizadas em classes e, nessa medida, pouco ajudaria na elaboração do **conceito** (SPOSITO, 2001, p. 613) (negrito da autora).



Destaca-se duas razões que fundamentam a afirmação de Sposito (2001), a primeira seria o fato da não correlação direta entre tamanho demográfico de uma cidade e o seu papel (representatividade) na rede urbana, ou seja, o porte populacional não é necessariamente o principal determinante para a identificação da cidade de porte intermediário, podendo cidades com índices populacionais semelhantes desempenharem papéis que diferem em sua natureza e relevância. Deste modo, nem todas as cidades de porte médio desempenham papel de cidade média. A segunda seria fundamentada na realidade da rede urbana brasileira atual, com transformações iniciadas a partir da segunda metade do século XX, em que a rede urbana passou a apresentar também integração do ponto de vista funcional interligando cidades com descontinuidades territoriais e não somente a partir dos limites municipais tomados como base pelos trabalhos que se baseiam nos parâmetros demográficos.

As cidades médias, desde meados do século XIX, tinham papéis definidos, em grande parte, pela situação geográfica que ocupavam e/ou papéis político-administrativo que desempenhavam. Assim, a relevância da cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área que exercia influência. Contudo, no período atual, a crescente importância das telecomunicações relativizou “o peso ou a necessidade de deslocamentos materiais para realizar parte das funções necessárias à vida de uma sociedade, em seu sentido econômico, político, cultural e social” (SPOSITO et al, 2007, p. 37).

Se antes a área de influência era determinada pela distância que as pessoas estavam dispostas a percorrer para adquirir bens e serviços de uma cidade média, essa área de influência, atualmente, é caracterizada, sobretudo por articulações espaciais que não dependem mais da continuidade territorial. Deste modo,

as relações espaciais que assim se conformam não estruturam áreas ou regiões, mas sobrepõem áreas e regiões, organizadas por lógicas territoriais, outros fluxos que podem ultrapassar essas áreas ou regiões de comando de uma cidade média e o fazem, gerando estruturas espaciais em rede, cuja

morfologia não contém continuidade territorial (SPOSITO et al, 2007, p. 38).

No Brasil, esse processo evidenciou-se a partir da década de 1950 com a conformação, de fato, de uma rede urbana. O desenvolvimento industrial tornou as metrópoles, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, espaços escolhidos por grandes conglomerados industriais e empresas de médio porte para se localizarem. Assim, metropolização e industrialização estavam sempre associadas, o que não podia dizer o mesmo as cidades médias, nem sempre cidades industriais.

Contudo, a industrialização impôs nova dinâmica a todas as cidades da rede urbana brasileira, dinâmica esta dirigida para a constituição do mercado consumidor nacional. As cidades médias, “no geral, tiveram, então, seus espaços funcionais orientados pelos interesses de distribuição industrial em escala nacional” (SPOSITO et al, 2007, p. 39). Em consequência, o papel intermediário das cidades médias foi orientado muito mais pelo consumo do que propriamente a produção industrial.

No período atual, o tipo de economia baseada na produção fordista, que caracterizou a rede urbana até o momento, da vez a produção de caráter mais flexível. Essas mudanças irão, assim como no momento anterior, ser refletidas no sistema urbano se redefinindo para dar-lhes apoio. A desconcentração das atividades produtivas produz a desaceleração do crescimento demográfico das duas principais metrópoles brasileiras em oposição ao crescimento acentuado das metrópoles regionais. Outro fator de mudança foi a maior participação das cidades médias nesse sistema urbano, na mesma proporção que as cidades pequenas perdiam importância relativa, tanto demográfica quanto economicamente.

Esse novo quadro presente no sistema urbano brasileiro redefine o papel das cidades médias, além de servir de elo entre cidades maiores e menores, a partir dos fluxos de caráter hierárquico, esta tem estabelecido novos papéis, por meio de outros tipos de fluxos,

coordenados por dinâmicas de complementaridade ou de concorrência tanto entre cidades da mesma rede quanto de redes urbanas diferentes. Como principais processos que redefinem os papéis das cidades médias, Sposito et al (2007) destaca: a) concentração e centralização econômicas/(des)centralização espacial e/ou centralização espacial; b) sistemas de transporte e telecomunicações; c) formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços; d) consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário; e) aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Por concentração econômica entende-se como o resultado a acumulação promovida por um empresário ou grupo corporativo integrado a uma empresa ou conglomerado. A centralização econômica ao mesmo tempo relaciona-se e distingue-se da concentração, ora decorre de forma direta da luta concorrencial ora das vantagens das maiores empresas, devido estas possuírem maior escala de produção, em relação às outras.

Como consequência da concentração e centralização econômica surge à concentração e (des)centralização espacial, localização física do capital sendo a primeira associada à infraestrutura refere-se ao capital produtivo centralizado e não apenas o capital fixo. Como exemplo já citado tem-se a metrópole de São Paulo que, desde o início da década de 1980, sofreu processos de desconcentração espacial da produção com a realocação de grande parte das atividades produtivas, que dependem da distribuição geográfica da infraestrutura, para o interior do estado ou em outras unidades da federação, as cidades médias por sua vez alteram-se ou ampliam-se, sobretudo por esse novo padrão de localização da atividade industrial. Esse processo faz com que a metrópole de São Paulo amplie e fortaleça seu papel de sede de comando no cenário, proporcionando centralização espacial dos capitais, especialmente o financeiro.

Os sistemas de transportes e telecomunicações é um dos fatores que ajudam a entender a desconcentração espacial dos capitais e os processos de expansão territorial dos grandes capitalistas. Os avanços tecnológicos nesses setores têm proporcionado significativa redução no custo dos transportes influenciado de maneira direta no preço final dos produtos e serviços. Do ponto de vista do consumo, esses avanços tanto na diminuição dos custos quanto na melhoria dos serviços também fortaleceram o papel das cidades médias, na realização de funções urbanas e no oferecimento de bens e serviços para as cidades pequenas e áreas rurais de diferentes municípios, proporcionando maiores oportunidades de mobilidade territorial.

Relacionado aos itens anteriores as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços é parte do processo de concentração econômica e de desconcentração espacial. Esse setor desde a década de 1980 era caracterizado por intenso processo de concentração econômica com a localização, de grande parte das empresas desse segmento, nas grandes cidades do país. No entanto, vê-se atualmente a desconcentração espacial dessas atividades passando a atuar também nas cidades médias por meio de novas unidades. Essa entrada de novos atores econômicos “promoveu conflitos de interesses e/ou gerou alianças com atores econômicos e políticos locais e regionais, bem como modificou as formas de consumo e a estruturação urbana nessas cidades” (SPOSITO et al, 2007, p. 55). O setor de hipermercados, assim como o médico-hospitalar, do ensino superior, incluindo o nível de pós graduação, a expansão da agricultura científica e do agronegócio e de serviços modernos de vários tipos são exemplos que ilustram esse processo.

O papel do setor terciário nas cidades médias tem no consumo de bens e serviços especializados ligados a modernização do setor agropecuário um dos segmentos de avanço mais significativo no país, afirma Sposito et al (2007). Duas práticas de consumo podem ser observadas nesse segmento, uma relacionada ainda a contiguidade territorial e outra as relações espaciais, termos esses já expostos anteriormente. A primeira representa a

permanência da proximidade física entre quem compra e quem vende predominante entre pequenos produtores rurais e em muitos casos para os grandes proprietários, configurando regiões contínuas geridas pela cidade média. A segunda representa práticas de consumo baseado nas formas modernas de comunicação que independem da continuidade territorial para se manter. Assim, “a instalação de *sites*, desde aqueles que vendem produtos químicos até os que negociam *softwares*, ou ensinam como fazer a contabilidade de uma propriedade rural evidencia das relações não definidas pela proximidade” (SPOSITO et al, 2007, p. 47). As cidades médias, nesse último, são os lugares de onde partem esses negócios, moradia de proprietários rurais que ampliam suas terras e seus negócios se expandindo para novas áreas, como na Amazônia, ou substituindo formas anteriores de uso e ocupação da terra em outras regiões do país.

Todos os processos evidenciados acima promovem inúmeros impactos negativos no espaço intraurbano das cidades médias e pequenas que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das grandes cidades, podendo ser descartado: a) a expansão territorial acelerada, aumentando as periferias urbanas; b) a reestruturação dos espaços das cidades, com a multiplicação da centralidade; c) a ampliação das desigualdades socioespaciais, expressas pela ocorrência cada vez maior de segregação socioespacial e fragmentação urbana.

Assim, o que determina que uma cidade de porte intermediário possa desempenhar papéis de cidades médias são as relações espaciais que esta estabelece com espaços mais distantes e com os mais próximos e a relevância desses processos. O reconhecimento do papel intermediário desempenhado por uma cidade média está em analisar as relações que estabelece com cidades de porte maior e menor e também com os espaços rurais com os quais mantém relações.

### **3.5 A relevância das Cidades Médias na manutenção da rede urbana no Amazonas: Análise comparativa de duas propostas metodológicas**

O objetivo deste item é estabelecer um paralelo entre duas linhas de pensamento sobre a rede urbana no Amazonas a fim de se levantar questionamentos sobre a representatividade das cidades de Parintins e Itacoatiara no estado. A primeira é o trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sua publicação mais recente *Regiões de Influência das cidades - 2007*. A segunda é o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a partir do Programa de Estudo e Pesquisa da Rede Urbana da Calha do rio Solimões-Amazonas/AM, aqui apresentado pelo artigo *Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: Uma Tipologia para as Cidades na Calha do Solimões-Amazonas-AM* das pesquisadoras do núcleo Tatiana Schor e Danielle Pereira da Costa. As cidades que serão analisadas neste item são as localizadas na Calha do Rio Solimões-Amazonas devido serem estas a se destacarem nos dois trabalhos (Figura 02).

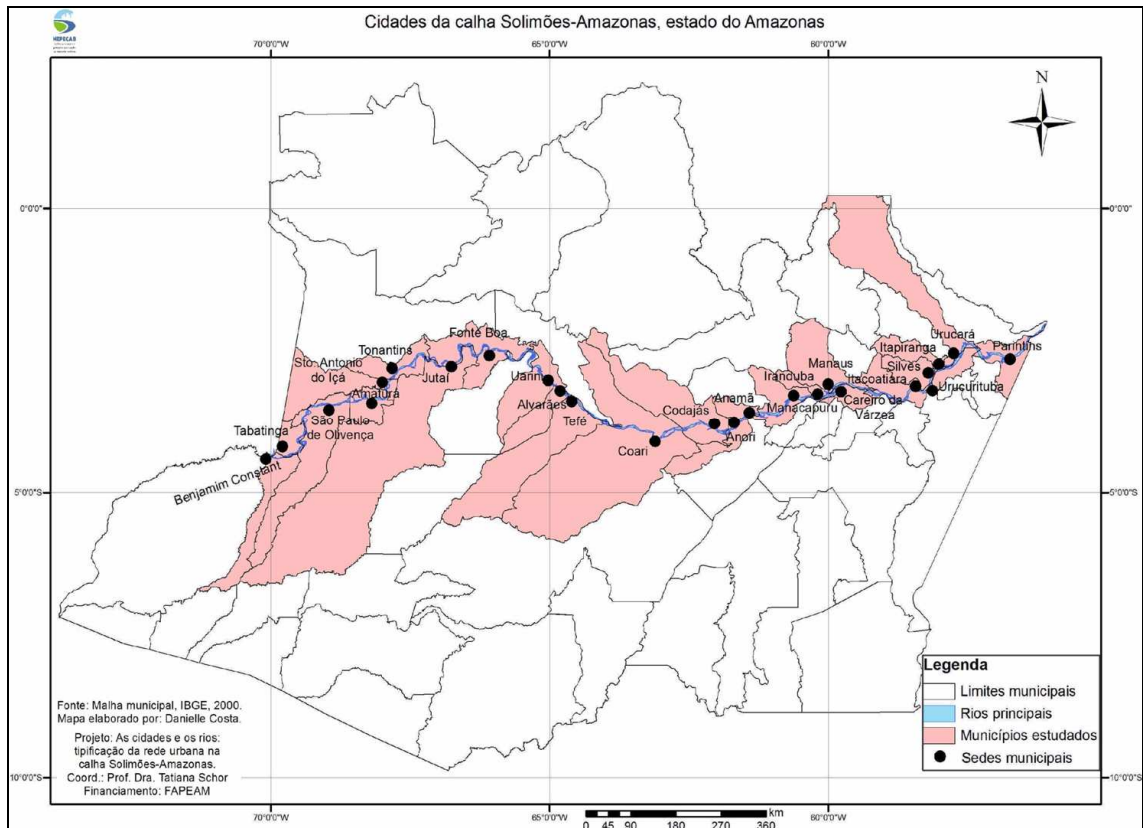


Figura 02 – Cidades da Calha do rio Solimões-Amazonas/AM.

Fonte: Nepecab, 2010.

As regiões de influência das cidades é uma reformulação dos primeiros estudos realizados pelo IBGE que classificavam os centros urbanos e posteriormente delimitavam suas áreas de atuação. Contudo, o atual estudo privilegia a função de gestão do território, que citando Roberto Lobato Corrêa é:

aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 2005 *apud* IBGE, 2008, p. 09).

O processo de construção desse trabalho foi dividido em três etapas. A primeira foi à utilização de dados primários e secundários. Os níveis de gestão território foram construídos com base nos registros administrativos de órgãos estatais e empresariais. A fim de garantir a inclusão de centros especializados não selecionados pelo primeiro critério e qualificar melhor

a centralidade dos núcleos selecionados foram adicionados diferentes equipamentos e serviços na análise: atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo.

Para esse último foi construído um questionário para a pesquisa preenchido pela Rede de Agências do IBGE que investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em especial as que conduzem aos centros de gestão e 2) os principais destinos dos moradores pesquisados para obtenção de produtos e serviços (compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, fluxos para aquisição de insumos e o destino de produtos agropecuários). As informações do questionário não foram quantificadas e o informante é o próprio agente do IBGE que, “por realizar pesquisas regulares e percorrer o território tem conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas” (IBGE, 2008, p. 09).

Na etapa seguinte, a partir da análise das ligações entre as cidades tornou-se possível então estabelecer as suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes do país. Segundo o IBGE (2008) as informações coletadas demonstraram a diferença entre o conjunto de centros urbanos com maior centralidade dos de gestão de território. Há cidades que apesar de não serem classificadas como centro de gestão do território, tiveram suas centralizadas identificadas a partir do efeito de atração que exercem sobre as demais. Enquanto algumas cidades classificadas como centros de gestão territorial mantinham atuação restrita ao próprio município, com funções centrais usufruídas apenas pela população local.

A etapa final, a hierarquização proposta para os centros urbanos brasileiros considerou: a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos<sup>4</sup> e a dimensão da região de influência de cada centro, assim como as diferenciações regionais. Com esse critério adotado a análise visa levar em consideração essa

---

<sup>4</sup> O número de relacionamentos foi calculado pelo IBGE como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino.



especificidade, hierarquizando os centros urbanos a partir de sua importância para o espaço em que está inserido:

Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidades mais francos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia (IBGE, 2008, p. 11).

A hierarquia dos centros urbanos, identificando as áreas de influência a partir da intensidade das ligações entre as cidades, que teve base dados secundários e dados obtidos pelo questionário específico da pesquisa, foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis, a saber<sup>5</sup>:

<b>HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS</b>		
<b>CENTROS URBANOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>SUBNÍVEIS</b>
<b>1. Metrôpoles</b>	São os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações.	<p>a. <b>Grande metrópole nacional</b> – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;</p> <p>b. <b>Metrópole nacional</b> – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País;</p> <p>c. <b>Metrópole</b> – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.</p>
<b>2. Capital Regional</b>	Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível	<p>a. <b>Capital regional A</b> – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos;</p> <p>b. <b>Capital regional B</b> – constituído por</p>

<sup>5</sup> As tipologias, assim como suas definições, expostas no quadro foram extraídas do livro Regiões de Influência das Cidades – 2007 (IBGE, 2008, p. 11-13).

	imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.	20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; c. <b>Capital regional C</b> – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
<b>3. Centro Subregional</b>	Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste.	a. <b>Centro sub-regional A</b> – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; b. <b>Centro sub-regional B</b> – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
<b>4. Centro de Zona</b>	Nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.	a. <b>Centro de zona A</b> – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; b. <b>Centro de zona B</b> – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.
<b>5. Centro Local</b>	As demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes). Em relação aos elementos da análise, os 802 centros acima do nível 5 abrangem 548 centros de gestão do território e 254 cidades com centralidade identificada a partir dos questionários <sup>4</sup> , que foram incluídas no conjunto final.	

Quadro 02 – Hierarquia dos centros urbanos brasileiros (IBGE-2007).

Fonte: IBGE, 2008, p. 11-13.

O fato do Centro-Sul do país contar com um número maior de metrópoles, capitais regionais e centros subregionais em relação às regiões Norte e Nordeste que apresentam

distribuição truncada com ausência de níveis hierárquicos faz com que esses se apresentem de forma desigual no território (Figura 03).

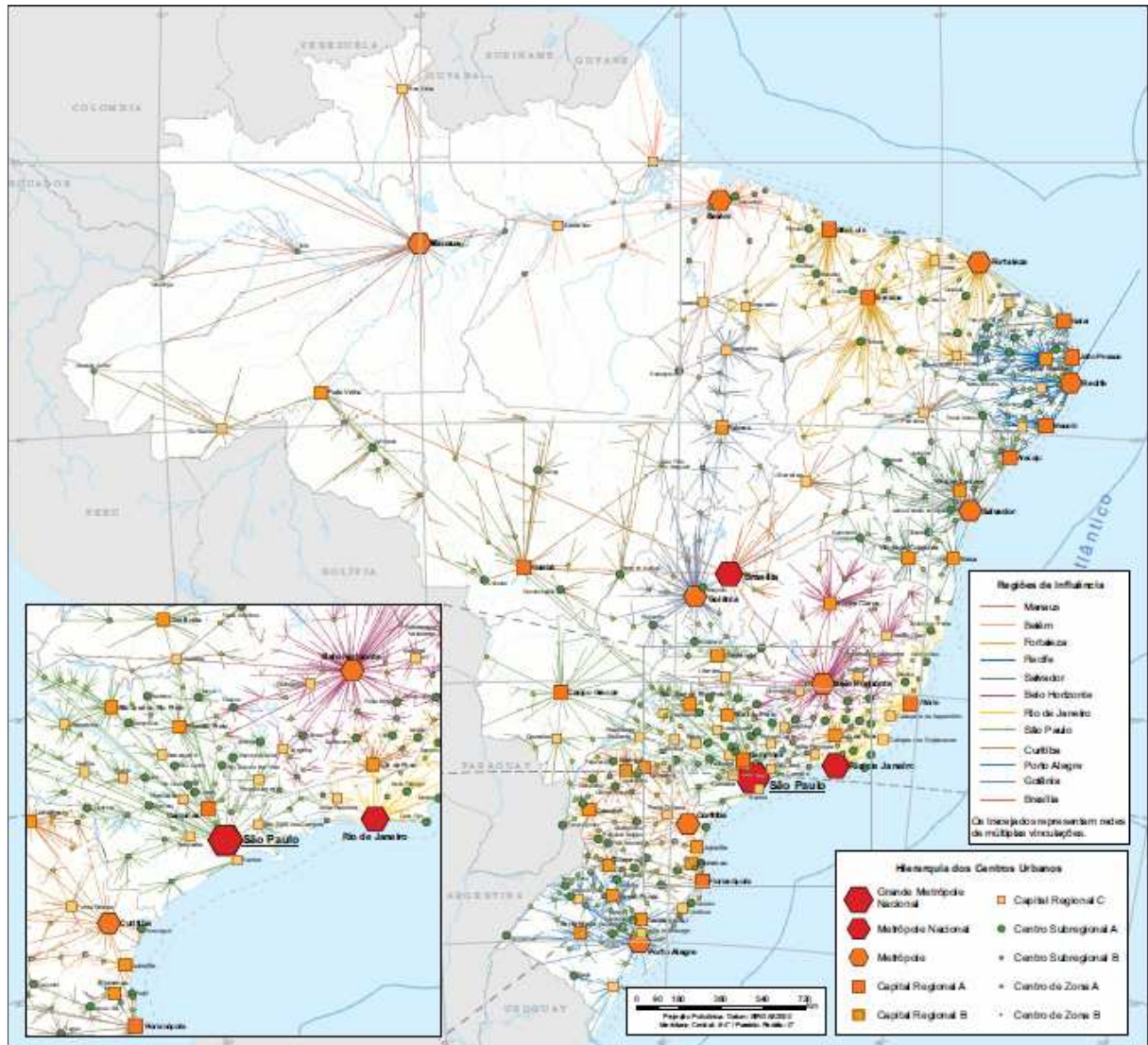


Figura 03 – Rede Urbana do Brasil – 2007 (IBGE).

Fonte: IBGE, 2008, p. 12.

No Amazonas a capital Manaus é classificada como metrópole (1C), as cidades de Parintins e Tefé centros subregionais (B), Itacoatiara e Tabatinga centros de zona (A), e as demais cidades centros locais. A cidade de Manaus controla a rede urbana do estado e mantém interação com Boa Vista (RR) caracterizada como capital regional (B).

A hierarquia truncada no Amazonas saltando de uma metrópole (1C) para dois centros subregionais (B), revela o que poderia ser uma rede de cidades bastante deficitária. Apesar do uso de uma metodologia que valoriza a importância dos centros urbanos no espaço em que está inserido, mesmo que estejam localizados “em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, [e apresentando] indicadores de centralidades mais fracos do que centros localizados em outras regiões” (IBGE, 2008, p.11), podendo vir a assumir o mesmo nível hierárquico desses (Figura 04).

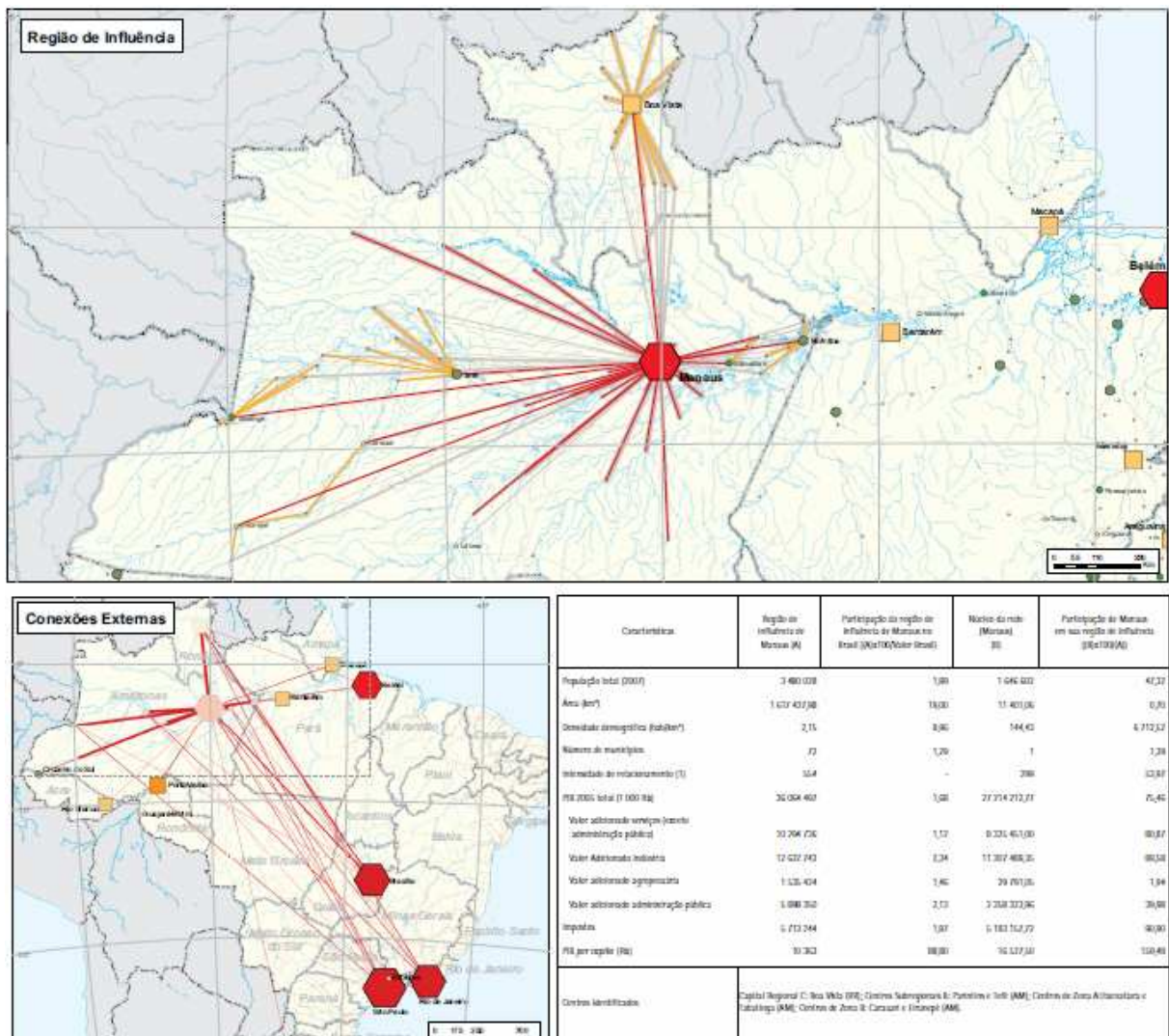


Figura 04 – Rede Urbana no Amazonas – 2007 (IBGE).  
 Fonte: IBGE, 2008, p.89.

O questionamento que se faz a partir da rede urbana do Amazonas proposta pelo IBGE por meio do trabalho “Regiões de influência das cidades – 2007” é se essa caracterização corresponde realmente à dinâmica interurbana dessas cidades apresentada a partir de uma rede pulverizada.

Segundo Schor & Costa (2007) os critérios utilizados pelo IBGE ainda se mostram ineficazes na capacidade de caracterizar a relação das cidades na rede, se faz necessário outras definições históricas, econômicas, sociais e funcionais de maneira que estas classificações não propiciem análises errôneas e/ou equivocadas a respeito do real papel que exercem algumas cidades do Amazonas. Para se construir uma tipologia proposta para as cidades da calha do rio Solimões-Amazonas/AM delimitou-se alguns arranjos institucionais que poderiam, se analisados em conjunto, estabelecer uma hierarquia urbana para essas cidades (Quadro 03).

<b>Arranjos Institucionais</b>	<b>Dados Coletados</b>
Dinâmica populacional	Dados populacionais; pirâmides etárias e estimativas populacionais coletadas em fontes secundárias, principalmente IBGE.
Variáveis históricas	Origem da cidade; mapas históricos; cronologia; descrição da estrutura de poder; iconografia comparativa (fotos atuais com imagem do passado).
Relações intra e interurbana	Fluxos de comércio e de transporte.
Serviços e comércio	Telefonia (fixa, celular, telefones públicos); rádio (AM, FM, livres); antenas de telecomunicações; provedores de internet; comercialização de alimentos (supermercados, mercadinhos, feiras, mercados municipais, feiras do produtor); comercialização de insumos para a construção civil (casas comerciais, regatões, flutuantes).
Tendências locacionais das atividades produtivas	Fábricas e indústrias locais; sistemas agropecuários; extração mineral.
Arrecadação de impostos	Cesta de impostos municipais arrecadados (IPTU, ICMS); repasses recebidos (estadual e federal); royalties.
Insumos para a Cesta Básica Regionalizada	Foi reestruturada a cesta básica de alimentação organizada pelo CODEAMA e coletado o preço dos produtos ao longo da calha, visando elaborar um indicador de preço de cesta básica ao consumidor final.
Índice de construção civil	Elaborou-se uma cesta de insumos para a construção civil (madeira, areia, seixo, telha, tijolos) com coleta de preços nas cidades ao longo da calha.
Produtos extrativistas	Forma de organização (associação/sindicato); produção; comercialização; preços dos produtos extrativistas não madeireiros.
Movimentos sociais, ONGs e práticas religiosas	Sindicatos; associações; ONGs; instituições religiosas.
Infraestrutura urbana	Dados de saúde (leitos, tipos de hospitais, postos de saúde, centros de diagnose de malária, médicos e odontólogos, destino dos resíduos de saúde); educação (escolas de ensino fundamental, médio, superior, professores, bibliotecas escolares); segurança pública (número e tipo de delegacias, fóruns, cartórios, assistência jurídica, varas, ocorrências mais frequentes); hotelaria, funerárias;

	dados relativos à presença de forças armadas; sistema financeiro (agências bancárias, lotéricas, banco postal, banco popular, financeiras, seguradoras); sistema de fornecimento de água e energia; saneamento básico.
Fluxo de Transporte	Transporte interurbano (carga e passageiros, rotas, frequências, preços); transporte intra-urbano (tipos, quantidade e forma de organização).

Quadro 03 - Arranjos institucionais utilizados como variáveis para estabelecer uma tipologia proposta para as cidades da Calha do Rio Solimões-Amazonas/AM (NEPECAB).

Fonte: SCHOR & COSTA, 2007, p. 10-11.

Como resultado dos arranjos institucionais identificou-se na Calha do rio Solimões-Amazonas/AM dois grupos distintos de cidades (médias e pequenas) e deles subgrupos (responsabilidade territorial, dinâmica econômica externa e dependente) no referente à construção de uma tipologia e hierarquização urbana (Quadro 04).

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>CIDADES</b>
<b>CIDADES MÉDIAS</b>		
<b>CIDADES MÉDIAS DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL</b>	Exerce função na rede que vai além das suas características em si, pois detém responsabilidade territorial que a torna um nó importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constitui a rede urbana nesta região. O desenvolvimento econômico desta cidade tende a agregar valor na região. Ainda nesta tipologia deve-se incluir a variável “de fronteira”, pois a dinâmica das cidades localizadas na fronteira difere das demais tanto em termos de perfil urbano principalmente pelo papel exercido pelas forças armadas quanto com relação às redes que se estabelecem.	Tabatinga Tefé Manacapuru Itacoatiara Parintins
<b>CIDADE MÉDIA COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA</b>	Tem importância na rede por sua inserção em uma dinâmica econômica externa, os vínculos com as demais cidades na rede não são necessariamente fortes, nem seu desenvolvimento econômico implicará em um desenvolvimento regional significativo, pois a atividade econômica responsável pelo seu desenvolvimento não agrega valor nem no local nem regionalmente.	Coari
<b>CIDADES PEQUENAS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>CIDADES</b>
<b>CIDADES PEQUENAS DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL</b>	Exerce função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomerados humanos. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nesta tipologia de forma diferenciada, pois exerce um papel específico e constitui redes de relações próprias.	Bejamin Constant; Fonte Boa;
<b>CIDADES PEQUENAS COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA</b>	Tem sua economia voltada para exportação de algum produto (mineral, agropecuário, extrativista, ou de pequena indústria) para a cidade de porte grande,	Irlanduba Codajás

	neste caso Manaus. É pouco relevante na manutenção da rede urbana da calha.	
CIDADES PEQUENAS DEPENDENTES	Pela ausência de infraestrutura que possibilite exercerem plenamente as funções urbanas e por sua localização geográfica que torna mais complicada a relação delas com a calha central do rio, tornam-se dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.	Amaturá; Alvarães; Santo Antônio do Içá; Uarini; Anori; Tonantins; Silves; Uricurituba; Anamá; Jutaí; Carreiro da Vázea; São Paulo de Oliveira; Urucará

Quadro 04 - Tipologia proposta para as cidades da Calha do Rio Solimões-Amazonas/AM (NEPECAB).  
Fonte: SCHOR & COSTA, 2007, p. 13.

Neste segundo trabalho a cidade de Manaus não foi analisada de forma conjunta com as demais cidades da Calha, isso se deve ao fato desta possuir números superiores a qualquer outra cidade. Um exemplo é a rede de bancos, em Manaus no ano de 2007 existiam 77 agências bancárias e em Parintins, segunda cidade do estado, possuía apenas 4 agências (ALVES, 2006).

Analisando as cidades a partir de dados estatísticos todas as 24 cidades estariam no mesmo nível na rede urbana, exceto a cidade de Manaus, contudo a exclusão desta revela dinamismo maior entre as cidades da Calha lideradas por Tabatinga, Tefé, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins configurando uma rede urbana e uma classificação de cidades baseadas na importância que cada cidade desempenha na manutenção da rede urbana a qual faz parte. Isso se deve a desmistificação da Amazônia como região carente, em todas as acepções da expressão, utilizando uma metodologia que valoriza também as especificidades locais e não somente a presença e ausência de equipamentos e serviços.

### **3.6 A rede urbana promovida pelo Ensino Público Superior nas cidades de Parintins e Itacoatiara**

A partir da década de 1970 em Parintins e década de 1980 em Itacoatiara ocorre o processo de interiorização das universidades públicas, vindas de outros Estados, para firmar



pólos nessas cidades, destacando o início do ensino público superior nos municípios do interior Amazonas. Segundo Oliveira, J. (2010), em Itacoatiara a primeira experiência que se tem anterior a instalação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é com a Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro), no início da década de 1980, com a disponibilização de cursos de licenciatura, como o de Licenciatura Curta em Geografia, que eram ministrados por módulos no período do recesso escolar, sem quadro fixo de professores e funcionários instalados no município.

Em Parintins a implantação da primeira universidade foi mais sistematizada afirma Oliveira, J. (2010). Diferente de Itacoatiara, a cidade possuía de forma mais consolidada a instalação de uma universidade pública, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que durante toda a década de 1970 possuía um campus avançado, mantido pelo Projeto Rondon ligado ao Ministério do Interior, com atividades permanentes, disponibilizando uma série de cursos e realizando diversos serviços na área de saúde, em especial odontologia, tanto na cidade quanto em comunidades rurais próximas a sede municipal.

No início da década de 1980 questões econômicas impossibilitaram a permanência do campus da UERJ no município, sendo sua sede repassada a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que só iniciará suas atividades efetivas em Parintins a partir de 1988, sendo o curso de Licenciatura em Letras o primeiro a ser disponibilizado. No período da administração do reitor Marcos Barros (1988-1991) foram realizados concursos para os cursos de Física, Química e Matemática, desta forma, esses deixaram de ser disponibilizados somente no período de férias para serem oferecidos no período letivo, com a criação de um quadro qualificado de profissionais para a cidade. O curso de Geografia teve seu início em 1989, mantido no período de férias acadêmicas e criou-se também nesse ano o curso de Administração de forma contínua (OLIVEIRA, J. 2010).



Após esse período há a efetiva consolidação do ensino superior nas duas cidades. Em 2001 é criada a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e instalado os Centros de Estudos Superiores em Itacoatiara e em Parintins. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) consolidará a sua interiorização a partir de 2007 instalando o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia em Parintins e o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia em Itacoatiara.

O que este trabalho se propõe a partir desse momento é discutir o impacto da interiorização das universidades públicas a partir da implantação efetiva na configuração da rede urbana das cidades de Itacoatiara e Parintins. A análise está fundamentada em tudo o que já se discutiu sobre a rede urbana e cidade média do Brasil e do Amazonas.

A aplicação de questionários junto aos alunos da UFAM e UEA de Itacoatiara e Parintins que se deslocaram para essas cidades porque passaram no vestibular tinha como intuito analisar e buscar possíveis respostas para os seguintes questionamentos: Quais os Municípios atendidos pela instalação das duas universidades nestas cidades e qual a intensidade desse fluxo de cada município por universidade e por cidade? Quais os Municípios com alunos que realizam migração pendular para as duas cidades? Qual o fluxo futuro desses alunos, retornarão para as suas cidades, irão para Manaus, ficarão em Itacoatiara ou Parintins, ou irão para outros municípios e quais seriam esses? O fluxo irá variar por curso, por universidade ou por cidade (Itacoatiara e Parintins)?

### 3.6.1 Na cidade de Itacoatiara

O Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas de Itacoatiara disponibiliza os cursos de Sistema de Informação, Ciências Farmacêuticas, Matemática-Física, Biologia-Química, Engenharia de Produção e Química Industrial. Atende



O curso que mais alunos optaram como destino “seu município” foi Matemática e Física 80%, o menor índice ficou com Química Industrial 30,3%. Como destino “Manaus” foi Sistema de Informação 50%, o menor índice ficou com Matemática e Física 20%. Como destino “outro município” foi Química Industrial 30,3% (para Nova Olinda do Norte e Rio de Janeiro-RJ), o menor índice ficou com Matemática e Física, nenhum aluno optando.

O Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas de Itacoatiara disponibiliza os cursos de Engenharia Florestal, Licenciatura em Informática, Normal Superior, Matemática, Educação Física e Letras. Atende a 24 municípios com presença também de alunos do estado do Pará (Itaituba). O município de Manaus é o que possui o maior número de alunos migrantes, seguido de Itapiranga e Parintins (Figura 06). A universidade possui também alunos de duas localidades da zona rural do Município (Vila do Engenho e Vila de Lindóia).

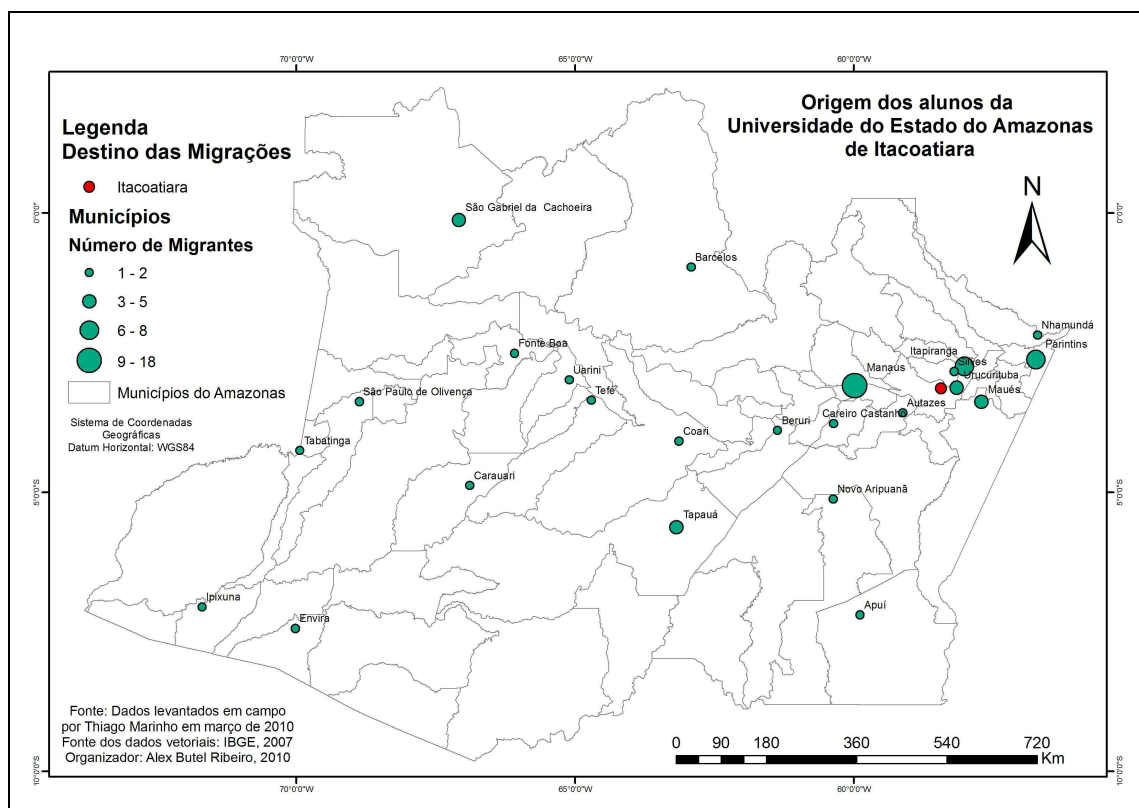


Figura 06 – Origem dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas de Itacoatiara.

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.

Os municípios de Manaus e Silves possuem alunos que realizam migração pendular para a cidade de Itacoatiara, assim como a Vila de Lindóia, zona rural do Município. Quando comparados migração pendular e o local onde pretendem trabalhar 75% indicaram seu município, 25% Manaus e 0% outro município.

Para os alunos que estão morando de forma permanente na cidade quando questionados sobre o local onde pretendem trabalhar 48,1% indicaram seu município, 26,5% Manaus e 25,3% outro município.

O curso que mais alunos optaram como destino “seu município” foi Educação Física 75%, o menor índice ficou com Letras 12,5%. Como destino “Manaus” foi Letras 37,5%, o menor índice ficou com Licenciatura em Informática 21,7%. Como destino “outro município” foi Letras 50% (para Itacoatiara), o menor índice ficou com Educação Física, nenhum aluno optando.

### 3.6.2 Na cidade de Parintins

O Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas de Parintins disponibiliza os cursos de Serviço Social, Administração, Comunicação Social, Pedagogia, Educação Física e Zootecnia. Atende a 12 municípios do estado do Amazonas e do Pará com presença também de alunos de outros estados próximos (São Luiz do Anauá-RR). O município de Nhamundá é o que possui o maior número de alunos migrantes, seguido de Barreirinha e Manaus (Figura 07). A universidade possui também alunos da zona rural do Município (Agrovila do Caburi, Bom Socorro do Zé Açú, Comunidade da Valéria, Mocambo do Arari, Vila Amazônia).

Os municípios de Barreirinha, Nhamundá e Terra Santa-PA possuem alunos que realizam migração pendular para a cidade de Parintins, assim como a Vila Amazônia, zona

rural do Município. Quando comparados migração pendular e o local onde pretendem trabalhar 80% indicaram seu município, 20% Manaus e 0% outro município.

Para os alunos que estão morando de forma permanente na cidade quando questionados sobre o local onde pretendem trabalhar 50,5% indicaram seu município, 21,9% Manaus e 27,4% outro município.

O curso que mais alunos optaram como destino “seu município” foi Pedagogia com 77,2%, o menor índice ficou com Administração e Comunicação Social 12,5% cada um. Como destino “Manaus” foi Administração 62,5%, o menor índice ficou com Pedagogia 4,5%. Como destino “outro município” foi Comunicação Social 50% (para Parintins e Natal-RN), o menor índice ficou com Pedagogia com 18,1% (para Parintins e Abaetetuba-PA).

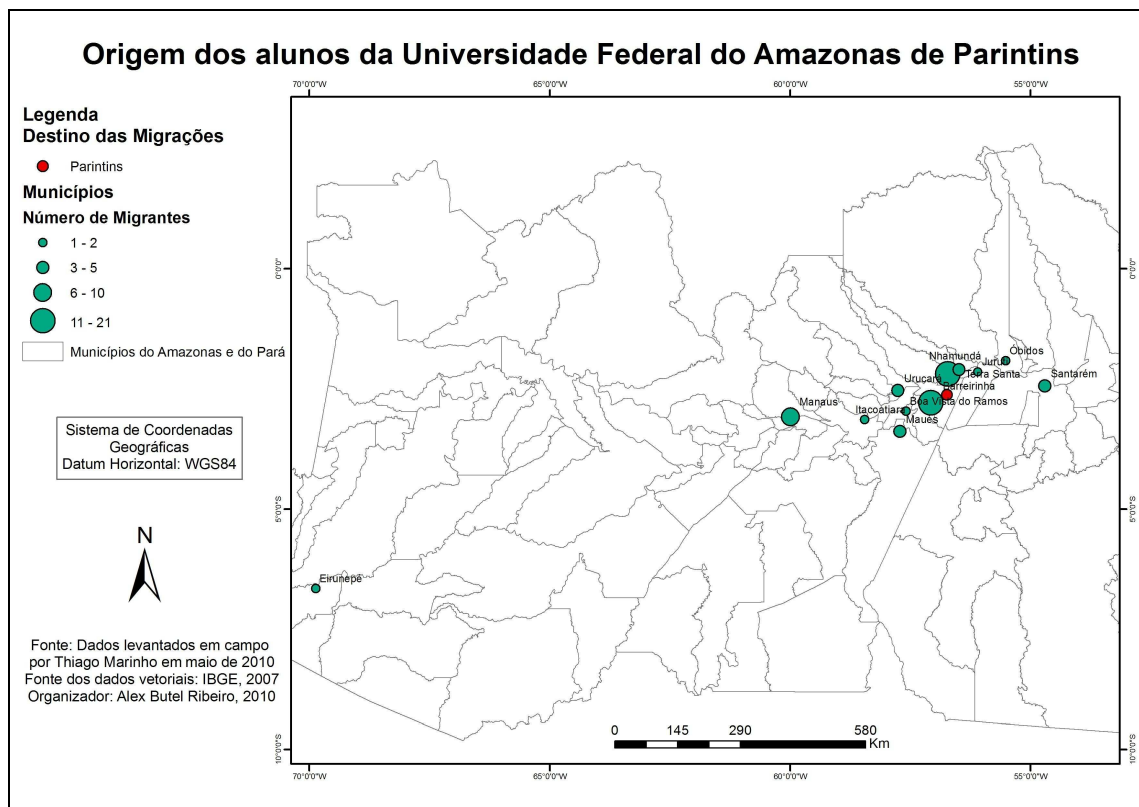


Figura 07 – Origem dos alunos da Universidade Federal do Amazonas de Parintins.  
 Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

O Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas de Parintins criado disponibiliza os cursos de Ciências Econômicas, Direito, Pedagogia, Letras, Química,

Matemática, Geografia, História, Física, Biologia e cursos tecnológicos em Gestão de Turismo e de Agroecologia. Atende a 23 municípios do estado do Amazonas e do Pará. O município de Barreirinha é o que possui o maior número de alunos migrantes, seguido de Nhamundá, Boa Vista do Ramos e Manaus (Figura 08). A universidade possui também alunos da zona rural do Município (Agrovila do Caburi, Aimeião Ponta Alta, Corocoró, Mocambo do Arari, Paraná do Espírito Santo de Cima, Vila Amazônia e Zé Açú).

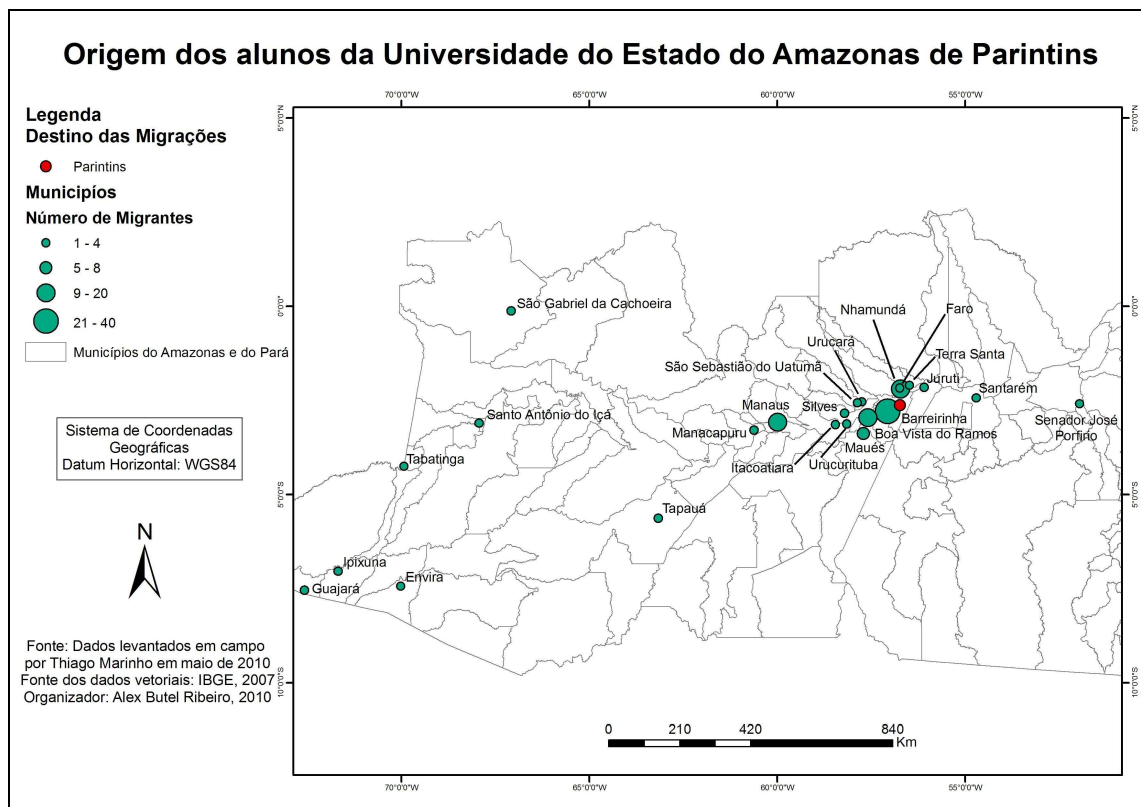


Figura 08 – Origem dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas de Parintins.  
 Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

Os municípios de Barreirinha, Nhamundá e Urucará possuem alunos que realizam migração pendular para a cidade de Parintins, assim como a Agrovila do Caburi e o Mocambo do Arari, zonas rurais do Município. Quando comparados migração pendular e o local onde pretendem trabalhar 70,5% indicaram seu município, 11,7% Manaus e 17,6% outro município.

Para os alunos que estão morando de forma permanente na cidade quando questionados sobre o local onde pretendem trabalhar 58,7% indicaram seu município, 20,2% Manaus e 20,9% outro município.

O curso que mais alunos optaram como destino “seu município” foi Letras com 86,6%, o menor índice ficou com Pedagogia com 33,3%. Como destino “Manaus” foi Biologia com 33,3%, o menor índice ficou com História nenhum aluno optando. Como destino “outro município” foi Pedagogia com 44,4% (para Parintins e Santarém-PA), o menor índice ficou com Matemática 5,2% (para Parintins e Barreirinha).

Quando consideradas as duas universidades em cada cidade pode-se inferir que a UFAM e UEA de Itacoatiara foram encontrados alunos de 36 municípios, sendo 31 do Amazonas e 05 de outros estados como Pará, Rondônia, Maranhão e Bahia. Em Parintins foram 26 municípios, sendo 19 do Amazonas, 06 do Pará e 01 de Roraima. Quanto as zonas rurais dos Municípios foram encontrados na UFAM e UEA de Itacoatiara alunos de 06 interiores e de Parintins foram 08 interiores. Percebe-se que em Parintins além de atender um número superior de zonas rurais possui também mais alunos vindos destes do que em Itacoatiara.

Os municípios com maior número de alunos migrantes também varia para as duas cidades. Em Itacoatiara, a cidade de Manaus destaca-se com um grande número de alunos, seguida por Parintins, Itapiranga e Uricurituba. Em Parintins, a cidade que se destaca é Barreirinha, seguida por Nhamundá, Manaus, Boa Vista do Ramos e Maués.

Quanto ao fluxo futuro constatou-se na UFAM e UEA de Itacoatiara para os alunos que realizam migração pendular 58,3% pretendem retornar ao seu município, 25% ir para Manaus e 16,6% outro município. Para os alunos que estão morando de forma permanente 41% pretendem retornar ao seu município, 34% ir para Manaus e 25% outro município. Percebe-se que dos os migrantes pendulares para os permanentes o retorno ao município

diminui, aumentando os destinos Manaus e outro município, quanto a essa variável nos dois tipos de migração a cidade de Itacoatiara era a opção identificada.

Em Parintins para os alunos que realizam migração pendular 74% pretendem retornar ao seu município, 14,8% ir para Manaus e 11,1% outro município. Para os alunos que estão morando de forma permanente 53,3% pretendem retornar ao município, 21,3% ir para Manaus e 25,1% outro município. Assim como em Itacoatiara, em Parintins percebe-se uma diminuição dos migrantes pendulares para os permanentes do desejo de retornar ao município, aumentando o destino para outro município, principalmente Parintins e Manaus.

De fato, o que se vê é uma complexa rede urbana, apresentando continuidades e descontinuidades territoriais nos fluxos, tanto na cidade de Itacoatiara quanto na cidade de Parintins provida pelo ensino público superior abarcando principalmente os municípios do Amazonas e do Pará. Essa variável no estudo da rede urbana e das cidades médias do Amazonas revela fluxos com descontinuidade territorial e a reafirmação da importância que essas cidades possuem na rede urbana do estado do Amazonas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de Parintins e Itacoatiara desde o início do século XIX desempenharam papel de destaque na rede urbana na Amazônia, em especial do Amazonas. A criação do comércio das “drogas do sertão”, mantido por Portugal na Amazônia a partir de 1655, construiu o princípio da formação da rede urbana na Amazônia. Fortins e aldeias missionárias eram à base desse comércio no período que se estende da metade do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII, comandados por Belém que era o centro de exportação para a metrópole dos produtos colhidos na floresta.

A implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão trouxe certo desenvolvimento para a rede urbana, decorrente não da incorporação de novas áreas à economia colonial e o conseqüente aparecimento de novos núcleos dotados de funções urbanas, mas sim da expansão das atividades produtivas nas áreas já incorporadas economicamente. Isso pode ser exemplificado com uma das políticas instituídas pelo governo de Marquês de Pombal após a implantação da Companhia que foi à elevação de 46 aldeias missionárias a categoria de vilas, no período de 1755 e 1760, entre elas a Vila de Serpa (Itacoatiara) e a Vila Bela da Imperatriz (Parintins).

No período de estagnação econômica decorrentes do declínio da borracha, alguns núcleos urbanos apresentam crescimento importante, proporcionado por fatores presentes na sua área de influência. As cidades de Parintins e Itacoatiara são exemplos deste processo com o desenvolvimento a partir de 1932 até a primeira metade da década de 1980 da economia da juta, que fortalecerá ainda mais a representatividade destas no Amazonas.

A partir da década de 1970, Itacoatiara desenvolve seu projeto de pólo madeireiro no tendo seu fim no ano 2000. No ano de 1995 na parceria entre governo do estado e iniciativa

privada cria-se o Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara, se tornando uma das principais receitas de imposto do município (OLIVEIRA, C., 2007).

Em Parintins, a partir de 1975 ocorre o crescimento da agropecuária que terá grande representatividade na sua economia até o presente momento. A década de 1980 marca o declínio do ciclo da juta no município e a ascensão de uma nova economia motivada pelo Festival Folclórico do Boi Bumbá que tornará a cidade conhecida nacional e internacionalmente. Aliado aos processos econômicos, presentes atualmente nas duas cidades, está o ensino superior que vem se destacado de forma significativa nestas configurando uma rede urbana com base na busca por educação.

A implantação do ensino público superior nas cidades de Parintins e Itacoatiara criou uma complexa rede urbana caracterizada por continuidades e descontinuidade territorial no referente ao fluxo de alunos migrantes. Nas duas cidades há presença significativa de alunos dos mais diversos municípios do Amazonas e do Pará no caso de Parintins. Em Itacoatiara, Manaus se apresenta como principal município da qual migra alunos, contudo apresenta número maior de municípios atendidos pelas duas universidades. Em Parintins, o município de Barreirinha se destaca com o maior número de alunos do quadro de migrantes e atende mais alunos vindos das zonas rurais do município. Os alunos quando questionados sobre o fluxo futuro (tendo como opção seu Município, Manaus e outro Município) afirmaram os seus municípios de origem como o principal destino (quadro esse que se apresenta nas duas universidades e nas duas cidades), seguido de Manaus e Itacoatiara e Parintins.

Isso reafirma a importância da interiorização das instituições públicas superiores (UFAM e UEA) na capacitação de pessoas de municípios do interior do Amazonas e fortalece a representatividade, junto com outros elementos histórico-geográficos, econômicos e culturais, que Itacoatiara e Parintins exercem na configuração da rede urbana do estado, disponibilizando bens e serviços cada vez mais especializados não apenas para si e municípios

próximos, mas para todo o Amazonas e estados vizinhos. A análise possibilita outra percepção sobre a rede urbana da Amazônia, em especial do Amazonas, sempre compreendidas de forma modesta em relação ao cenário centro-sul brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neuler André Soares de; ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; RODRIGUES, Francisco Mendes. A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas. *Revista Redes*. Santa Cruz do Sul, v.14, n. 01, 2009, p. 106-120.

ALVES, Juliana Araújo. *Tipificação da Rede Urbana na Calha do Solimões: Espaço urbano e serviços bancários de Manacapuru e Coari*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Manaus: Universidade Federal do Amazonas – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFAM-PIBIC/UFAM, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 11. ed. Tradução: Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Vol. 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 49, n. 03, 1987.

\_\_\_\_\_. A rede urbana brasileira e sua dinâmica: algumas reflexões e questões. IN: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 359-367.

\_\_\_\_\_. *Trajéórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 1974-2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades – 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. *Urbanização no Médio Amazonas: A importância de Itacoatiara (AM) como cidade intermediária*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *História da implantação das Universidades Públicas Superiores nas cidades de Parintins e Itacoatiara*. Entrevista realizada por Thiago Pimentel Marinho. Manaus, 22 de janeiro de 2010, Grav001.

PERREIRA, José Carlos Matos. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém-PA*. Dissertação de Mestrado. Belém: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 2004.

ROSAL, Emmanuel Cunha. *Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Parintins*. Monografia de conclusão de curso. Manaus: Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Estudos Sociais, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: Uma Tipologia para as Cidades na Calha do Solimões-Amazonas-AM. *Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, X, 2007. Anais. Florianópolis: [s.n.], 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. IN: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 609-643.

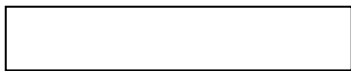
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro; MAIA, Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. IN: SPOSITO, Maria Encarnação (org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

## CRONOGRAMA

Descrição	2009					2010						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Levantamento e Revisão bibliográfica	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	
Levantamento em campo				R				R		R		
Sistematização das informações					R				R		R	
Construção e organização de um banco de dados											R	
Elaboração dos mapas temáticos				R	R						R	
Apresentação parcial				R								
Preparação do relatório parcial					R	R						
Entrega do relatório parcial						R						
Elaboração do resumo e Relatório Final										R	R	
Preparação da Apresentação Final para o Congresso												R

**R** - Realizados.

## **ANEXOS**



Universidade Federal do Amazonas  
Instituto de Ciências Humanas e Letras  
Departamento de Geografia



Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB  
Projeto (PIB-H/0060/2009): O Impacto da Rede de Educação Universitária nas Cidades do Amazonas: O caso de Parintins e Itacoatiara  
Roteiro de Questionário de Campo

Universidade: ( ) UFAM ( ) UEA

Ano de ingresso na universidade: \_\_\_\_\_

Graduação a qual está cursando: \_\_\_\_\_

**Onde você morava antes de ingressar na universidade:**

( ) No interior do município: \_\_\_\_\_

( ) Outro município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**Caso você se deslocue ( ) diariamente ou ( ) semanalmente para a cidade para estudar, onde você mora?:**

( ) No interior do município: \_\_\_\_\_

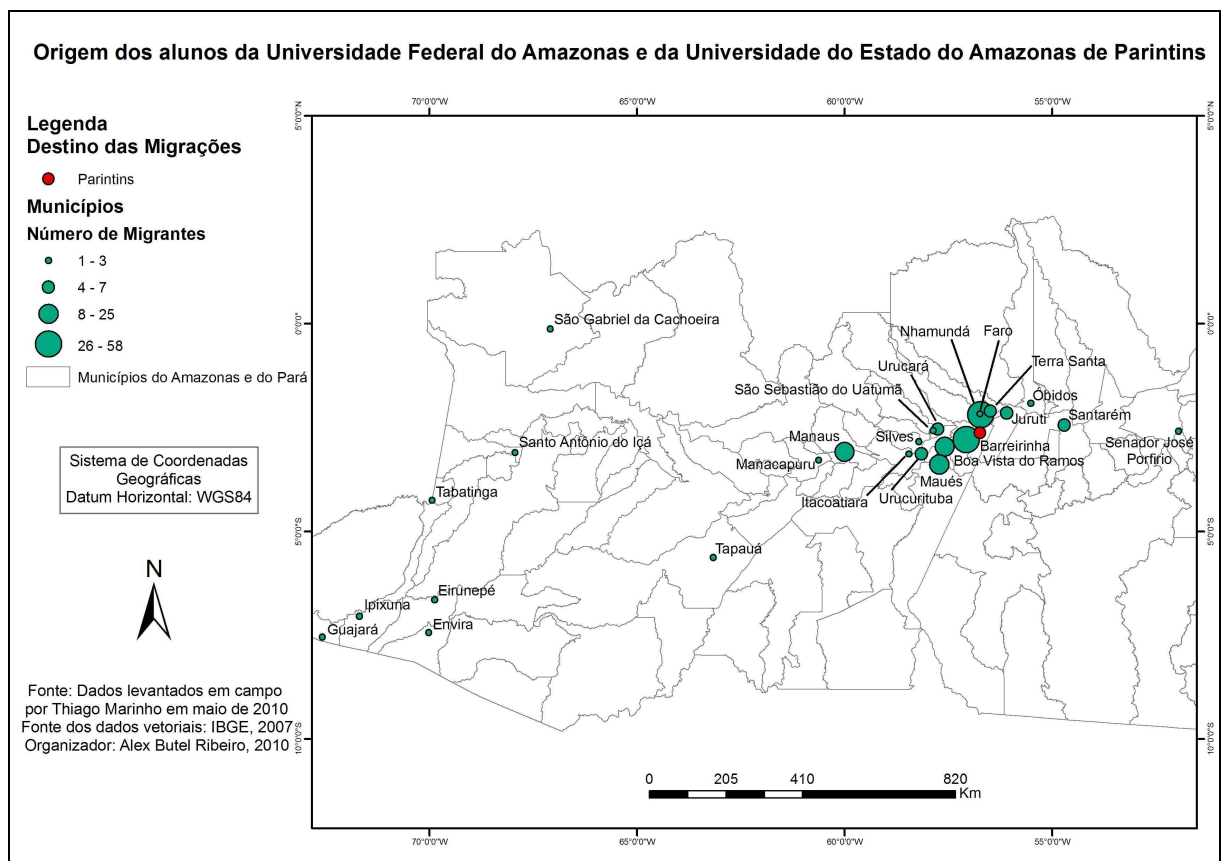
( ) Outro município: \_\_\_\_\_

**Aonde você pretende trabalhar após a graduação:**

( ) No seu município ( ) Manaus ( ) Outro município: \_\_\_\_\_

Anexo 01 – Questionário aplicado com os alunos migrantes da UFAM e UEA de Parintins e Itacoatiara.

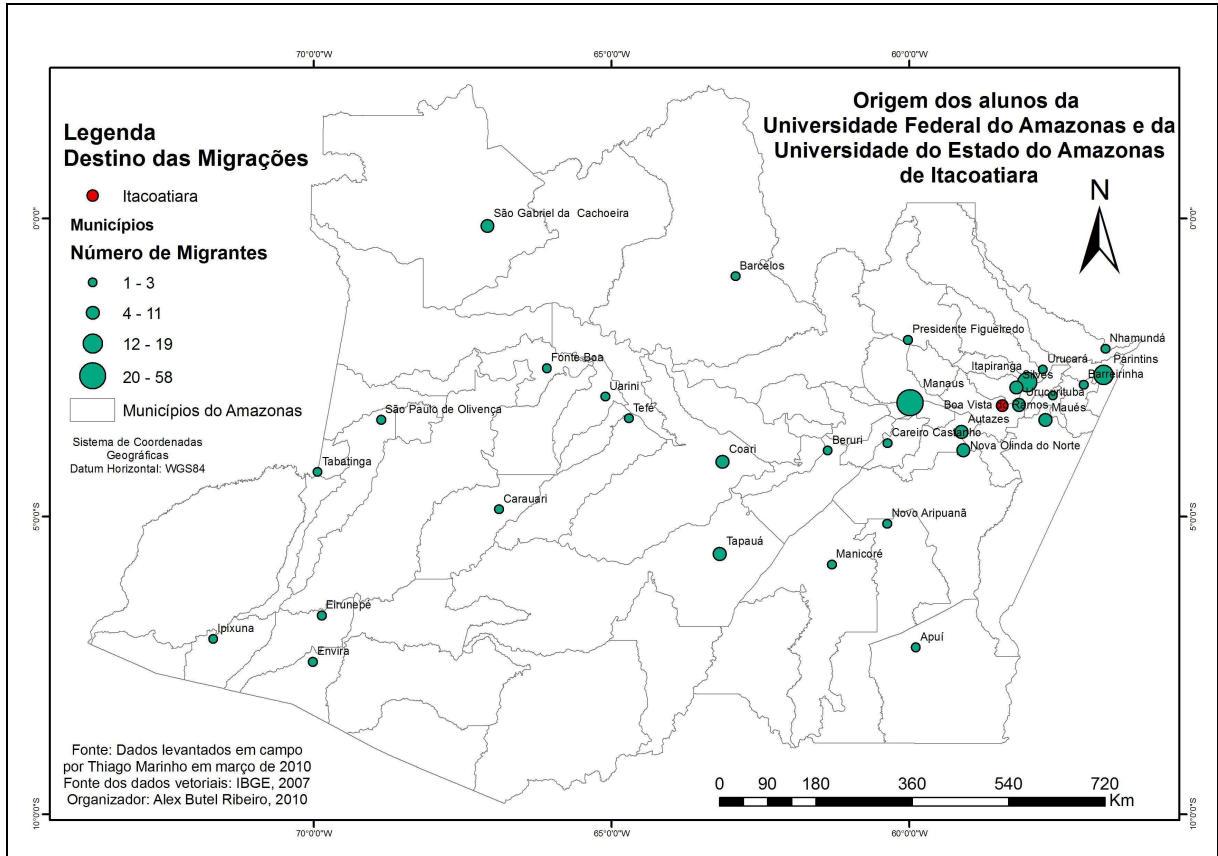
Fonte: Acervo NEPECAB, 2010.



Anexo 02 – Origem dos alunos da UFAM e UEA de Parintins.

Fonte: Acervo NEPECAB, 2010.





Anexo 03 – Origem dos alunos da UFAM e UEA de Itacoatiara.

Fonte: Acervo NEPECAB, 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - Parintins)</b>				
Interior de Parintins	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Vila Amazônia	Barreirinha; Nhamundá; Terra Santa - PA	80	20	0

Anexo 04 - Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - Parintins).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UEA - Parintins)</b>				
Interior de Parintins	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Agrovila do Caburi; Mocambo do Arari	Barreirinha; Nhamundá; Uruará	70,5	11,7	17,6

Anexo 05 - Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UEA - Parintins).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - UEA/Parintins)</b>				
Interior de Parintins	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Agrovila do Caburi; Mocambo do Arari; Vila Amazônia	Barreirinha; Nhamundá; Terra Santa-PA; Urucará	74	14,8	11,1

Anexo 06 – Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - UEA/Parintins).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

<b>Destino dos alunos migrantes da UFAM - Parintins</b>					
Curso	Seu município %	Manaus %	Outro município %	Seu município	Outro município
Zootecnia	50	20	30	Barreirinha; Eirunepé; Manaus, Santarém-PA	Parintins
Educação Física	50	20	30	Barreirinha; Manaus; Nhamundá	Parintins
Serviço Social	51,5	21,2	27,2	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Itacoatiara, Juruti-PA; Manaus; Nhamundá; Terra Santa-PA; Urucará	
Pedagogia	77,2	4,5	18,1	Barreirinha; Manaus; Nhamundá; Parintins; Terra Santa-PA	Parintins; Abaitetuba-PA
Administração	12,5	62,5	25	Manaus	Rio de Janeiro-RJ
Comunicação Social	12,5	37,5	50	Manaus	Parintins; Natal-RN
<b>TOTAL</b>	<b>50,5</b>	<b>21,9</b>	<b>27,4</b>		

Anexo 07 - Destino dos alunos migrantes da UFAM – Parintins.

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

Destino dos alunos migrantes da UEA - Parintins					
Curso	Seu município %	Manaus %	Outro município %	Seu município	Outro município
Matemática	68,4	26,3	5,2	Barreirinha; Ipixuna; Manaus; Manacapuru, Nhamundá; Parintins	Parintins; Barreirinha
Biologia	46,6	33,3	20	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Manaus; Maués; Nhamundá, Uricurituba	Parintins; Belém- PA
História	80	0	20	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Juruti-PA; Nhamundá; Parintins; Uricurituba	Parintins
Letras	86,6	6,6	6,6	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Nhamundá	Parintins
Pedagogia	33,3	22,2	44,4	Boa Vista do Ramos; Manaus	Parintins; Santarém-PA
Química	46,4	32,1	21,4	Barreirinha; Ipixuma; Maués; Nhamundá; Parintins	Parintins; Barreirinha; Coari; Salvador- BA
Física	55,5	5,5	38,8	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Manaus; Maués; Parintins; Santarém-PA, Tapauá; Uruará	Parintins; Canaã dos Carajás-PA
Direito	61,1	22,2	16,6	Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Envira; Manaus; Tabatinga; Uruará	Brasília-DF
Tec. em Gestão de Turismo	45,4	27,2	27,2	Itacoatiara; Manaus; Nhamundá	Parintins
TOTAL	58,7	20,2	20,9		

Anexo 08 - Destino dos alunos migrantes da UEA – Parintins.

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em maio de 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - Itacoatiara)</b>				
Interior de Itacoatiara	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Costa da Conceição; Novo Remanso	Itapiranga; Manaus; Nova Olinda do Norte; Silves; Uricurituba	55	25	20

Anexo 09 - Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - Itacoatiara).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UEA - Itacoatiara)</b>				
Interior de Itacoatiara	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Vila de Lindóia	Manaus; Silves	75	25	0

Anexo 10 - Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UEA - Itacoatiara).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.

<b>Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - UEA/Itacoatiara)</b>				
Interior de Itacoatiara	Municípios	Seu município %	Manaus %	Outro município %
Costa da Conceição; Novo Remanso; Vila de Lindóia	Itapiranga; Manaus; Nova Olinda do Norte; Silves; Uricurituba	58,3	25	16,6

Anexo 11 - Municípios com alunos que realizam migração pendular-semanal por destino de trabalho (UFAM - UEA/Itacoatiara).

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.

<b>Destino dos alunos migrantes da UFAM - Itacoatiara</b>					
Curso	Seu município %	Manaus %	Outro município %	Seu município	Outro município
Química e Biologia	56	24	20	Autazes; Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Itapiranga; Manaus; Nova Olinda do Norte; Silves; Uricurituba	Itacoatiara
Engenharia de Produção	31,2	40,6	28,1	Manaus; Tapauá; Tefé	Santos-SP
Química Industrial	30,3	39,3	30,3	Manaus; Silves; Uricurituba	Nova Olinda do Norte; Rio de Janeiro-RJ
Ciências Farmacêuticas	40,9	31,8	27,2	Apuí; Manaus; Parintins; São Gabriel da Cachoeira	
Sistemas de Informação	37,5	50	12,5	Coari; Itacoatiara; Manaus; Silves	
Matemática e Física	80	20	0	Autazes; Belém-PA; Nova Olinda do Norte; Uricurituba	
<b>TOTAL</b>	<b>39,7</b>	<b>36,8</b>	<b>23,4</b>		

Anexo 12 - Destino dos alunos migrantes da UFAM – Itacoatiara.

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.

<b>Destino dos alunos migrantes da UEA - Itacoatiara</b>					
Curso	Seu município %	Manaus %	Outro município %	Seu município	Outro município
Letras	12,5	37,5	50	Manaus	Itacoatiara
Engenharia Florestal	47,9	27	25	Autazes; Carauari; Envira; Fonte Boa; Itaituba-PA; Itapiranga; Manaus; Maués; Parintins, São Gabriel da Cachoeira; São Paulo de Olivença; Silves, Tabatinga; Tapauá	Itacoatiara
Educação Física	75	25	0	Itacoatiara; Itapiranga	
Informática	56,5	21,7	21,7	Itacoatiara; Itapiranga; Manaus; Nhamundá; Novo Aripuanã; Parintins; Tapauá; Uricurituba	Itacoatiara
<b>TOTAL</b>	<b>48,1</b>	<b>26,5</b>	<b>25,3</b>		

Anexo 13 - Destino dos alunos migrantes da UEA – Itacoatiara.

Fonte: Dados levantados em campo por Thiago Marinho em março de 2010.